Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I *Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade*

- Regulamento (CE) n.º 1850/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas 1
- Regulamento (CE) n.º 1851/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que altera o Regulamento (CE) n.º 1080/2002 relativo à abertura de um concurso permanente para a exportação de centeio armazenado pelo organismo de intervenção alemão para certos países terceiros 3
- ★ **Regulamento (CE) n.º 1852/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa as taxas de juro a aplicar no cálculo das despesas de financiamento das intervenções que consistem na compra, armazenagem e escoamentos 4**
- ★ **Regulamento (CE) n.º 1853/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que altera o Regulamento (CE) n.º 2305/95 que estabelece as normas de execução no sector da carne de suíno do regime previsto nos acordos sobre comércio livre entre a Comunidade, por um lado, e a Estónia, a Letónia e a Lituânia, por outro, e altera o Regulamento (CE) n.º 1117/2002 que determina a quantidade disponível de determinados produtos do sector da carne de suíno, para o quarto trimestre de 2002, no âmbito do regime previsto nos acordos de comércio livre entre a Comunidade, por um lado, e a Letónia, a Lituânia e a Estónia, por outro 5**
- ★ **Regulamento (CE) n.º 1854/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que altera o Regulamento (CE) n.º 2879/2000 que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 2702/1999 do Conselho relativo a acções de informação e promoção a favor de produtos agrícolas em países terceiros 7**
- Regulamento (CE) n.º 1855/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que determina em que medida pode ser dado seguimento aos pedidos de entrega de certificados de exportação depositados no mês de Outubro de 2002 em relação a produtos do sector da carne de bovino que beneficiam de um tratamento especial na importação num país terceiro 8
- Regulamento (CE) n.º 1856/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa os preços representativos nos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina, e altera o Regulamento (CE) n.º 1484/95 9
- Regulamento (CE) n.º 1857/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa as restituições à exportação no sector dos ovos 11

Preço: 18 EUR

(Continua no verso da capa)

PT

Os actos cujos títulos são impressos em tipo fino são actos de gestão corrente adoptados no âmbito da política agrícola e que têm, em geral, um período de validade limitado.

Os actos cujos títulos são impressos em tipo negro e precedidos de um asterisco são todos os restantes.

Regulamento (CE) n.º 1858/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa as restituições à exportação no sector da carne de aves de capoeira	13
Regulamento (CE) n.º 1859/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa os preços representativos e os montantes dos direitos adicionais aplicáveis na importação dos melações no sector do açúcar	15
Regulamento (CE) n.º 1860/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa as restituições à exportação do açúcar branco e do açúcar em bruto tal qual	17
Regulamento (CE) n.º 1861/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa o montante máximo da restituição à exportação do açúcar branco para o décimo primeiro concurso público parcial efectuado no âmbito do concurso público permanente referido no Regulamento (CE) n.º 1331/2002	19
Regulamento (CE) n.º 1862/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, relativo às propostas comunicadas para a exportação de cevada no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 901/2002	20
Regulamento (CE) n.º 1863/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, relativo às propostas comunicadas para a exportação de centeio no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 900/2002	21
Regulamento (CE) n.º 1864/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, relativo às propostas comunicadas para a exportação de trigo mole no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 899/2002	22
Regulamento (CE) n.º 1865/2002 da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa as taxas das restituições aplicáveis aos ovos e às gemas de ovos exportados sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo I do Tratado	23

II *Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade*

Conselho

2002/809/CE:

- ★ **Decisão do Conselho, de 8 de Outubro de 2002, que nomeia um membro suplente alemão do Comité das Regiões**

25

2002/810/CE:

- ★ **Decisão do Conselho, de 8 de Outubro de 2002, que nomeia dois membros efectivos e dois membros suplentes do Comité das Regiões**

26

2002/811/CE:

- ★ **Decisão do Conselho, de 3 de Outubro de 2002, que estabelece notas de orientação destinadas a completar o anexo VII da Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados e que revoga a Directiva 90/220/CEE do Conselho**

27

2002/812/CE:

- ★ **Decisão do Conselho, de 3 de Outubro de 2002, que estabelece, nos termos da Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, o modelo de resumo das notificações relativas à colocação no mercado de organismos geneticamente modificados enquanto produtos ou componentes de produtos**

37

2002/813/CE:	
★ Decisão do Conselho, de 3 de Outubro de 2002, que estabelece, nos termos da Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, o modelo de resumo das notificações relativas à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados para outros fins que não a colocação no mercado	62
2002/814/CE:	
★ Decisão n.º 2/2002 do Conselho de Associação UE–Roménia, de 14 de Maio de 2002, que adopta os termos e as condições de participação da Roménia no programa comunitário Fiscalis	84
2002/815/CE:	
★ Decisão n.º 1/2002 do Conselho de Associação UE-Lituânia, de 18 de Junho de 2002, que aprova as regras e as condições gerais de participação da República da Lituânia em programas comunitários	87
Comissão	
2002/816/CE:	
★ Decisão da Comissão, de 14 de Outubro de 2002, que altera a Decisão 1999/187/CE relativa ao apuramento das contas dos Estados-Membros relativas às despesas financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA), secção «Garantia», exercício financeiro de 1995 [notificada com o número C(2002) 3771]	88

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) N.º 1850/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002
que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1498/98 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do Uruguay Round, os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo.

- (2) Em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 337 de 24.12.1994, p. 66.

⁽²⁾ JO L 198 de 15.7.1998, p. 4.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(EUR/100 kg)

Código NC	Código países terceiros ⁽¹⁾	Valor forfetário de importação
0702 00 00	052	85,3
	096	29,0
	204	87,4
	999	67,2
0707 00 05	052	96,3
	999	96,3
0709 90 70	052	82,0
	999	82,0
0805 50 10	052	58,2
	388	75,3
	524	54,4
	528	51,6
	999	59,9
0806 10 10	052	106,1
	064	135,5
	400	203,3
	999	148,3
0808 10 20, 0808 10 50, 0808 10 90	388	88,3
	400	84,0
	404	91,9
	512	93,8
	800	179,7
	804	95,4
	999	105,5
0808 20 50	052	90,5
	999	90,5

⁽¹⁾ Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 2020/2001 da Comissão (JO L 273 de 16.10.2001, p. 6). O código «999» representa «outras origens».

REGULAMENTO (CE) N.º 1851/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002

que altera o Regulamento (CE) n.º 1080/2002 relativo à abertura de um concurso permanente para a exportação de centeio armazenado pelo organismo de intervenção alemão para certos países terceiros

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 ⁽²⁾ e, nomeadamente, o seu artigo 5.º,

Considerando o seguinte:

(1) O Regulamento (CE) n.º 1080/2002 da Comissão ⁽³⁾ abriu um concurso para a exportação do centeio armazenado pelo organismo de intervenção alemão. Os destinos visados pelas referidas exportações são todos os países terceiros, à exclusão da zona VII tal como definida no anexo do Regulamento (CEE) n.º 2145/92 da Comissão ⁽⁴⁾, com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 3304/94 ⁽⁵⁾, e à exclusão da Estónia, da Lituânia, da Letónia, da Polónia, da República Checa, da República Eslovaca, da Hungria, da Noruega, das ilhas Faroé, da Islândia, da Rússia, da Bielorrússia, da Bósnia-Herzegovina, da Croácia, da Eslovénia, dos territórios da antiga Jugoslávia à exclusão da Eslovénia, da Croácia e da Bósnia-Herzegovina, da Albânia, da Roménia, da Bulgária, da Arménia, da Geórgia, do Azerbaijão, da Moldávia, da Ucrânia, do Cazaquistão, do Quirguizistão, do Uzbequistão, do Tadjiquistão e do Turquemenistão. Tendo em conta a situação dos diversos mercados nos países terceiros, considera-se oportuno excluir a Suíça e o Liechtenstein dos destinos visados por esta adjudicação.

(2) É, por conseguinte, oportuno alterar o Regulamento (CE) n.º 1080/2002 no que diz respeito aos destinos visados pelas exportações.

(3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento (CEE) n.º 1080/2002 passa a ter a seguinte redacção:

«1. O concurso incide numa quantidade máxima de 1 milhão de toneladas de centeio a exportar para todos os países terceiros, à exclusão dos países que constam da zona VII tal como definida no anexo do Regulamento (CEE) n.º 2145/92 e à exclusão da Suíça, do Liechtenstein, da Estónia, da Lituânia, da Letónia, da Polónia, da República Checa, da República Eslovaca, da Hungria, da Noruega, das ilhas Faroé, da Islândia, da Rússia, da Bielorrússia, da Bósnia-Herzegovina, da Croácia, da Eslovénia, dos territórios da antiga Jugoslávia à exclusão da Eslovénia, da Croácia e da Bósnia-Herzegovina, da Albânia, da Roménia, da Bulgária, da Arménia, da Geórgia, do Azerbaijão, da Moldávia, da Ucrânia, do Cazaquistão, do Quirguizistão, do Uzbequistão, do Tadjiquistão e do Turquemenistão.»

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 181 de 1.7.1992, p. 21.

⁽²⁾ JO L 193 de 29.7.2000, p. 1.

⁽³⁾ JO L 164 de 22.6.2002, p. 11.

⁽⁴⁾ JO L 214 de 30.7.1992, p. 20.

⁽⁵⁾ JO L 341 de 30.12.1994, p. 48.

REGULAMENTO (CE) N.º 1852/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002

que fixa as taxas de juro a aplicar no cálculo das despesas de financiamento das intervenções que consistem na compra, armazenagem e escoamentos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1883/78 do Conselho, de 2 de Agosto de 1978, relativo às regras gerais sobre o financiamento das intervenções pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA), secção «Garantia» ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1259/96 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 5.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 411/88 da Comissão ⁽³⁾ de 12 de Fevereiro de 1988, relativo ao método e às taxas de juro a aplicar no cálculo das despesas de financiamento das intervenções que consistem em compras, armazenagem e escoamento, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2623/1999 ⁽⁴⁾, prevê que a taxa de juro uniforme utilizada no cálculo das despesas de financiamento das intervenções corresponderá às taxas Euribor a três e a 12 meses, com a ponderação de 1/3 e 2/3, respectivamente.
- (2) A Comissão fixa essa taxa antes do início de cada exercício contabilístico do FEOGA, secção «Garantia», com base nas taxas de juro verificadas nos seis meses anteriores à fixação.
- (3) O n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 411/88 prevê a fixação de uma taxa de juro específica para um Estado-Membro que tenha suportado durante, pelo menos, seis meses, uma taxa de despesas com juros inferior à taxa de juro uniforme fixada para a Comunidade; que essas despesas devem ser comunicadas à Comissão

pelos Estados-Membros antes do final do exercício; que, na ausência de comunicações por um Estado-Membro, a taxa de despesas com juros a aplicar será determinada com base na taxa de juro de referência que consta no anexo do referido regulamento.

- (4) É necessário fixar as taxas de juro para o exercício contabilístico de 2003, em conformidade com as referidas disposições.
- (5) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité do FEOGA,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Relativamente às despesas imputáveis ao exercício de 2003 do FEOGA, secção «Garantia»:

1. A taxa de juro prevista no artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 411/88 é fixada em 3,6 %.
2. A taxa de juro específico prevista no artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 411/88 é fixada a:
 - 3,5 % para a Grécia e França
 - 3,4 % para a Austria,
 - 3,3 % para a Irlanda.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável a partir de 1 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 216 de 5.8.1978, p. 1.

⁽²⁾ JO L 163 de 2.7.1996, p. 10.

⁽³⁾ JO L 40 de 13.2.1988, p. 25.

⁽⁴⁾ JO L 318 de 11.12.1999, p. 14.

REGULAMENTO (CE) N.º 1853/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002

que altera o Regulamento (CE) n.º 2305/95 que estabelece as normas de execução no sector da carne de suíno do regime previsto nos acordos sobre comércio livre entre a Comunidade, por um lado, e a Estónia, a Letónia e a Lituânia, por outro, e altera o Regulamento (CE) n.º 1117/2002 que determina a quantidade disponível de determinados produtos do sector da carne de suíno, para o quarto trimestre de 2002, no âmbito do regime previsto nos acordos de comércio livre entre a Comunidade, por um lado, e a Letónia, a Lituânia e a Estónia, por outro

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1151/2002 do Conselho, de 27 de Junho de 2002, que estabelece determinadas concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários para certos produtos agrícolas e que prevê a adaptação, a título autónomo e transitório, de certas concessões agrícolas previstas no Acordo Europeu com a Estónia ⁽¹⁾ e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 1.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 2305/95 da Comissão ⁽²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1539/2002 ⁽³⁾, estabelece as normas de execução no sector da carne de suíno do regime previsto nos referidos acordos. Quando esta última alteração foi efectuada, não se incluiu, por erro, um novo grupo de produtos, tal como previsto na alínea b) do anexo C do Regulamento (CE) n.º 1151/2002. Há, pois, que alterar a parte C do anexo I do Regulamento (CE) n.º 2305/95.
- (2) O Regulamento (CE) n.º 1117/2002 da Comissão ⁽⁴⁾ estabelece as quantidades disponíveis, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 2305/95, para o período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2002. Aquele regula-

mento deve ser alterado, em função do novo grupo de produtos, com as quantidades correspondentes indicadas no anexo II do presente regulamento.

- (3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão da Carne de Suíno,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A parte C do anexo I do Regulamento (CE) n.º 2305/95 é substituída pelo anexo I do presente regulamento.

Artigo 2.º

O anexo do Regulamento (CE) n.º 1117/2002 é substituído pelo anexo II do presente regulamento.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O artigo 1.º é aplicável a partir de 1 de Julho de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 170 de 29.6.2002, p. 15.

⁽²⁾ JO L 233 de 30.9.1995, p. 45.

⁽³⁾ JO L 233 de 30.8.2002, p. 3.

⁽⁴⁾ JO L 168 de 27.6.2002, p. 38.

ANEXO I

«C. PRODUTOS ORIGINÁRIOS DA ESTÓNIA

Redução de 100 % do direito aduaneiro fixado na pauta aduaneira comum

(toneladas)

Grupo número	Número de ordem	Código NC	1.7.2002 a 30.6.2003	Crescimento anual a partir de 1.7.2003
21	09.4583	ex 0203 ⁽¹⁾ ⁽²⁾ Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas	2 000	375
22	09.4584	ex 1601 00 Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue, com exclusão do código NC 1601 00 10 ex 1602 41 Outras preparações ou conservas de carnes, miudezas comestíveis ou sangue de animais da espécie suína Pernas e respectivos pedaços, com exclusão do código NC 1602 41 90 ex 1602 42 Outras preparações ou conservas de carnes, miudezas comestíveis ou sangue de animais da espécie suína: Pás e respectivos pedaços, com exclusão do código NC 1602 42 90 ex 1602 49 Outras preparações ou conservas de carnes, miudezas comestíveis ou sangue de animais da espécie suína: Outras preparações, incluídas as misturas, com exclusão do código NC 1602 49 90	960	180
E1	09.4853	0210 19 Carnes de animais da espécie suína, secas ou fumadas, outras	100	30

⁽¹⁾ Excepto lombinho apresentado isoladamente.⁽²⁾ Com exclusão dos códigos NC 0203 11 90, 0203 12 90, 0203 19 90, 0203 21 90, 0203 22 90 e 0203 29 90.»

ANEXO II

«ANEXO

(em toneladas)

Grupo	Quantidade total disponível para o período de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2002
18	900,0
L1	180,0
19	750,0
20	90,0
21	1 000,0
22	480,0
E1	50,0»

REGULAMENTO (CE) N.º 1854/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002

que altera o Regulamento (CE) n.º 2879/2000 que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 2702/1999 do Conselho relativo a acções de informação e promoção a favor de produtos agrícolas em países terceiros

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 2702/1999 do Conselho, de 14 de Dezembro de 1999 ⁽¹⁾, relativo a acções de informação e promoção a favor de produtos agrícolas em países terceiros e, nomeadamente, o seu artigo 11.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 2879/2000 da Comissão ⁽²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1955/2001 ⁽³⁾, fixou as regras de execução do regulamento acima citado.
- (2) O n.º 3 do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 2879/2000 previu a data-limite de 30 de Setembro para a decisão da Comissão sobre os programas e os organismos de execução a reter.
- (3) As propostas de programas apresentadas pelos Estados-Membros em 2002 necessitam dos complementos de informação que em breve serão entregues à Comissão.
- (4) Na presente situação, a fim de permitir concluir a análise e a selecção dos programas, justifica-se adiar para 15 de

Novembro de 2002 a data-limite para a decisão da Comissão.

- (5) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer emitido aquando de reunião conjunta dos comités de gestão «Promoção dos produtos agrícolas»,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

No n.º 3 do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 2879/2000, o último parágrafo passa a ter a seguinte redacção:

«Para os programas apresentados em 2002, a decisão da Comissão intervém o mais tardar em 15 de Novembro de 2002».

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 327 de 21.12.1999, p. 7.

⁽²⁾ JO L 333 de 29.12.2000, p. 63.

⁽³⁾ JO L 266 de 6.10.2001, p. 8.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1855/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002**

que determina em que medida pode ser dado seguimento aos pedidos de entrega de certificados de exportação depositados no mês de Outubro de 2002 em relação a produtos do sector da carne de bovino que beneficiam de um tratamento especial na importação num país terceiro

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1445/95 da Comissão, de 26 de Junho de 1995, que estabelece as normas de execução do regime dos certificados de importação e de exportação no sector da carne de bovino e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2377/80 ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2492/2001 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 8 do seu artigo 12.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 1445/95 determina no seu artigo 12.º as modalidades relativas aos pedidos de certificados de exportação em relação aos produtos referidos no artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 2973/79 da Comissão ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) n.º 3434/87 ⁽⁴⁾.
- (2) O Regulamento (CEE) n.º 2973/79 fixou a quantidade de carne que pode ser exportada no âmbito do dito regime para o quarto trimestre de 2002. Não foram pedidos certificados de exportação para a carne de bovino,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Não foi apresentado qualquer pedido de certificado de exportação em relação à carne de bovino referida no Regulamento (CEE) n.º 2973/79, no que respeita ao quarto trimestre de 2002.

Artigo 2.º

Podem ser depositados pedidos de certificados em relação à carne referida no artigo 1.º, nos termos do artigo 12.º do Regulamento (CE) n.º 1445/95, durante os 10 primeiros dias do primeiro trimestre de 2003, em relação à seguinte quantidade: 1 250 toneladas.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão

J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura

⁽¹⁾ JO L 143 de 27.6.1995, p. 35.

⁽²⁾ JO L 337 de 20.12.2001, p. 18.

⁽³⁾ JO L 336 de 29.12.1979, p. 44.

⁽⁴⁾ JO L 327 de 18.11.1987, p. 7.

REGULAMENTO (CE) N.º 1856/2002 DA COMISSÃO**de 17 de Outubro de 2002****que fixa os preços representativos nos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina, e altera o Regulamento (CE) n.º 1484/95**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2771/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos ovos ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 493/2002 da Comissão ⁽²⁾ e, nomeadamente, o n.º 4 do seu artigo 5.º,Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2777/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, que estabelece uma organização comum de mercado no sector da carne de aves de capoeira ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 493/2002, e, nomeadamente, o n.º 4 do seu artigo 5.º,Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2783/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, relativo ao regime comum de trocas comerciais para a ovalbumina e para a lactalbumina ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2916/95 da Comissão ⁽⁵⁾, e, nomeadamente, o n.º 4 do seu artigo 3.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 1484/95 da Comissão ⁽⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1659/2002 ⁽⁷⁾, estabelece as normas de execução do regime relativo à aplicação dos direitos adicionais de importação, e fixa os preços representativos nos sectores

da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina.

- (2) O controlo regular dos dados nos quais se baseia a determinação dos preços representativos para os produtos dos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina, revelou que é necessário alterar os preços representativos de certos produtos, atendendo às variações e preços consoante a origem. Por conseguinte, é conveniente publicar os preços representativos.
- (3) Dada a situação do mercado, é necessário aplicar esta alteração o mais rapidamente possível.
- (4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão da Carne de Aves de Capoeira e Ovos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O anexo I do Regulamento (CE) n.º 1484/95 é substituído pelo anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

*Pela Comissão*J. M. SILVA RODRÍGUEZ
Director-Geral da Agricultura⁽¹⁾ JO L 282 de 1.11.1975, p. 49.⁽²⁾ JO L 77 de 20.3.2002, p. 7.⁽³⁾ JO L 282 de 1.11.1975, p. 77.⁽⁴⁾ JO L 282 de 1.11.1975, p. 104.⁽⁵⁾ JO L 305 de 19.12.1995, p. 49.⁽⁶⁾ JO L 145 de 29.6.1995, p. 47.⁽⁷⁾ JO L 251 de 19.9.2002, p. 4.

ANEXO

ao regulamento da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa os preços representativos nos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina, e altera o Regulamento (CE) n.º 1484/95

«ANEXO I

Código NC	Designação das mercadorias	Preço representativo (euros/100 kg)	Garantia referida no n.º 3 do artigo 3.º (euros/100 kg)	Origem (¹)
0207 12 90	Carcaças de frango apresentação 65 %, congelados	88,0	9	01
0207 14 10	Pedacos desossados de galos ou de galinhas, congelados	186,5	37	01
		187,7	36	02
		188,1	36	03
		286,5	4	04
0207 14 60	Coxas de frango, congeladas	94,6	15	01
0207 27 10	Pedacos desossados de peru, congelados	225,5	21	01
1602 32 11	Preparações não cozidas de galos ou de galinhas	205,0	25	01
		208,7	23	02

(¹) Origem das importações:

- 01 Brasil
- 02 Tailândia
- 03 Argentina
- 04 Chile.»

REGULAMENTO (CE) N.º 1857/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002
que fixa as restituições à exportação no sector dos ovos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2771/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, que estabelece uma organização comum de mercado no sector dos ovos ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 493/2002 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 8.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do artigo 8.º do Regulamento (CEE) n.º 2771/75, a diferença entre os preços dos produtos referidos no n.º 1 do artigo 1.º do referido regulamento no mercado mundial e na Comunidade pode ser coberta por uma restituição à exportação.
- (2) A situação actual do mercado em determinados países terceiros e a concorrência em determinados destinos torna necessária a fixação de uma restituição diferenciada para determinados produtos do sector dos ovos.
- (3) A aplicação destas regras e critérios à situação actual dos mercados no sector dos ovos implica a fixação da resti-

tuição ao nível de um montante que permita a participação da Comunidade no comércio internacional e tenha igualmente em conta a natureza das exportações desses produtos assim como a sua importância no momento actual.

- (4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão da Carne de Aves de Capoeira e Ovos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A lista dos códigos dos produtos para cuja exportação é concedida a restituição referida no artigo 8.º do Regulamento (CEE) n.º 2771/75 e os montantes dessa restituição são fixados no anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 282 de 1.11.1975, p. 49.

⁽²⁾ JO L 77 de 20.3.2002, p. 7.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa as restituições à exportação no sector dos ovos

Código do produto	Destino	Unidade de medida	Montante das restituições
0407 00 11 9000	E07	EUR/100 unidades	1,70
0407 00 19 9000	E07	EUR/100 unidades	0,80
0407 00 30 9000	E09	EUR/100 kg	10,00
	E10	EUR/100 kg	35,00
	E11	EUR/100 kg	5,00
0408 11 80 9100	E04	EUR/100 kg	20,00
0408 19 81 9100	E04	EUR/100 kg	10,00
0408 19 89 9100	E04	EUR/100 kg	10,00
0408 91 80 9100	E06	EUR/100 kg	60,00
0408 99 80 9100	E04	EUR/100 kg	15,00

NB: Os códigos dos produtos e os códigos dos destinos série «A» são definidos no Regulamento (CEE) n.º 3846/87 da Comissão (JO L 366 de 24.12.1987, p. 1), alterado.

Os códigos dos destinos numéricos são definidos no Regulamento (CE) n.º 2020/2001 da Comissão (JO L 273 de 16.10.2001, p. 6).

Os outros destinos são definidos do seguinte modo:

E04 todos os destinos, com excepção da Suíça e da Estónia

E06 todos os destinos, com excepção da Suíça, da Estónia e da Lituânia

E07 todos os destinos, com excepção dos Estados Unidos da América, da Estónia e da Lituânia

E09 Kuwait, Barém, Omã, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iémen, RAE Hong Kong, Rússia, Turquia

E10 Coreia do Sul, Japão, Malásia, Tailândia, Taiwan, Filipinas

E11 Todos os destinos, com excepção da Suíça, da Estónia, da Lituânia e dos grupos E09 e E10.

REGULAMENTO (CE) N.º 1858/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002
que fixa as restituições à exportação no sector da carne de aves de capoeira

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2777/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, que estabelece uma organização comum do mercado no sector da carne de aves de capoeira ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 493/2002 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 8.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do artigo 8.º do Regulamento (CEE) n.º 2777/75, a diferença entre os preços dos produtos referidos no n.º 1 do artigo 1.º do referido regulamento, no mercado mundial e na Comunidade, pode ser coberta por uma restituição à exportação.
- (2) A aplicação dessas regras e critérios à situação actual dos mercados no sector da carne de aves de capoeira implica a fixação da restituição ao nível de um montante que permita a participação da Comunidade no comércio internacional e tenha igualmente em conta a natureza

das exportações desses produtos assim como a sua importância no momento actual.

- (3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão da Carne de Aves de Capoeira e Ovos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A lista dos códigos dos produtos para cuja exportação é concedida a restituição referida no artigo 8.º do Regulamento (CEE) n.º 2777/75 e os montantes dessa restituição são fixados no anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 282 de 1.11.1975, p. 77.

⁽²⁾ JO L 77 de 20.3.2002, p. 7.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa as restituições à exportação no sector da carne de aves de capoeira

Código do produto	Destino	Unidade de medida	Montante das restituições
0105 11 11 9000	V04	EUR/100 unidades	0,80
0105 11 19 9000	V04	EUR/100 unidades	0,80
0105 11 91 9000	V04	EUR/100 unidades	0,80
0105 11 99 9000	V04	EUR/100 unidades	0,80
0105 12 00 9000	V04	EUR/100 unidades	1,70
0105 19 20 9000	V04	EUR/100 unidades	1,70
0207 12 10 9900	V01	EUR/100 kg	44,00
0207 12 10 9900	A24	EUR/100 kg	44,00
0207 12 90 9190	V01	EUR/100 kg	44,00
0207 12 90 9190	A24	EUR/100 kg	44,00
0207 12 90 9990	V01	EUR/100 kg	44,00
0207 12 90 9990	A24	EUR/100 kg	44,00
0207 14 20 9900	V03	EUR/100 kg	5,00
0207 14 60 9900	V03	EUR/100 kg	5,00
0207 14 70 9190	V03	EUR/100 kg	5,00
0207 14 70 9290	V03	EUR/100 kg	5,00

NB: Os códigos dos produtos e os códigos dos destinos série «A» são definidos no Regulamento (CEE) n.º 3846/87 da Comissão (JO L 366 de 24.12.1987, p. 1), alterado.

Os códigos dos destinos numéricos são definidos no Regulamento (CE) n.º 2020/2001 da Comissão (JO L 273 de 16.10.2001, p. 6).

Os outros destinos são definidos do seguinte modo:

V01 Angola, Arábia Saudita, Kuwait, Barém, Catar, Omã, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, República de Iémen, Líbano, Iraque e Irão.

V03 Todos os destinos com excepção dos Estados Unidos da América e das zonas A24 e A26.

V04 Todos os destinos com excepção dos Estados Unidos da América e da Estónia.

REGULAMENTO (CE) N.º 1859/2002 DA COMISSÃO

de 17 de Outubro de 2002

que fixa os preços representativos e os montantes dos direitos adicionais aplicáveis na importação dos melações no sector do açúcar

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1260/2001 do Conselho, de 19 de Junho de 2001, que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar ⁽¹⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 680/2002 da Comissão ⁽²⁾,Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1422/95 da Comissão, de 23 de Junho de 1995, que estabelece as regras de aplicação relativas à importação de melações no sector do açúcar e que altera o Regulamento (CEE) n.º 785/68 ⁽³⁾, e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 1.º e o n.º 1 do seu artigo 3.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 1422/95 prevê que o preço CIF de importação do melação, a seguir designado «preço representativo», é estabelecido em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 785/68 da Comissão ⁽⁴⁾; este preço se entende fixado para a qualidade-tipo definida no artigo 1.º do citado regulamento.
- (2) O preço representativo do melação é calculado relativamente a um local de passagem da fronteira da Comunidade, que é Amesterdão; esse preço deve ser calculado a partir das possibilidades de compra mais favoráveis no mercado mundial estabelecidas com base nas cotações ou preços desse mercado ajustados em função das eventuais diferenças de qualidade relativamente à qualidade-tipo. A qualidade-tipo do melação foi definida pelo Regulamento (CEE) n.º 785/68.
- (3) Para a determinação das possibilidades de compra mais favoráveis no mercado mundial, devem ser tidas em conta todas as informações relativas às ofertas feitas no mercado mundial, aos preços registados nos mercados importantes de países terceiros e às operações de venda concluídas no âmbito do comércio internacional, de que a Comissão tem conhecimento, quer através dos Estados-Membros quer pelos seus próprios meios. Aquando dessa determinação, se pode tomar por base, nos termos do artigo 7.º do Regulamento (CEE) n.º 785/68, uma média de vários preços, desde que essa média possa ser considerada representativa da tendência efectiva do mercado.
- (4) Aquelas informações não são tidas em conta quando a mercadoria não tiver qualidade sã, leal e comerciável ou quando o preço de oferta indicado apenas se referir a uma pequena quantidade não representativa do mercado; os preços de oferta que possam ser considerados não

representativos da tendência efectiva do mercado devem igualmente ser excluídos.

- (5) A fim de se obterem dados comparáveis relativos ao melação da qualidade-tipo, é necessário, consoante a qualidade do melação objecto de oferta, aumentar ou diminuir os preços em função dos resultados obtidos mediante aplicação do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 785/68.
- (6) Um preço representativo pode ser excepcionalmente mantido a um nível constante durante um período limitado se o preço de oferta que serviu de base para o estabelecimento anterior do preço representativo não tiver chegado ao conhecimento da Comissão e se os preços de oferta disponíveis, afigurando-se insuficientemente representativos da tendência efectiva do mercado, implicarem alterações bruscas e consideráveis do preço representativo.
- (7) Quando o preço de desencadeamento relativo ao produto em causa e o preço representativo forem diferentes, devem ser fixados direitos de importação adicionais nas condições referidas no artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1422/95. No caso de suspensão dos direitos de importação em aplicação do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1422/95, devem ser fixados montantes específicos para esses direitos.
- (8) A aplicação dessas disposições conduz à fixação dos preços representativos e dos direitos adicionais de importação dos produtos em causa conforme indicado no anexo do presente regulamento.
- (9) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Açúcar,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os preços representativos e os direitos adicionais aplicáveis na importação dos produtos referidos no artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1422/95 são fixados conforme indicado no anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

⁽¹⁾ JO L 178 de 30.6.2001, p. 1.⁽²⁾ JO L 104 de 20.4.2002, p. 26.⁽³⁾ JO L 141 de 24.6.1995, p. 12.⁽⁴⁾ JO L 145 de 27.6.1968, p. 12.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
 J. M. SILVA RODRÍGUEZ
 Director-Geral da Agricultura

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa os preços representativos e os montantes dos direitos adicionais à importação dos melaços no sector do açúcar

(em EUR)

Código NC	Montante do preço representativo por 100 kg líquido do produto em causa	Montante do direito adicional por 100 kg líquido do produto em causa	Montante do direito a aplicar na importação devido à suspensão referida no artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1422/95 por 100 kg líquido do produto em causa ⁽²⁾
1703 10 00 ⁽¹⁾	8,35	—	0
1703 90 00 ⁽¹⁾	11,71	—	0

⁽¹⁾ Fixação para a qualidade-tipo tal como definida no artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 785/68, alterado.

⁽²⁾ Este montante substitui, nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1422/95, a taxa dos direitos da pauta aduaneira comum fixada para esses produtos.

REGULAMENTO (CE) N.º 1860/2002 DA COMISSÃO**de 17 de Outubro de 2002****que fixa as restituições à exportação do açúcar branco e do açúcar em bruto tal qual**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1260/2001 do Conselho, de 19 de Junho de 2001, que estabelece a organização comum dos mercados no sector do açúcar ⁽¹⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 680/2002 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 5, segundo parágrafo, do seu artigo 27.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Por força do artigo 27.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001, a diferença entre as cotações ou os preços no mercado mundial dos produtos referidos no n.º 1, alínea a), do artigo 1.º do referido regulamento e os preços desses produtos na Comunidade pode ser abrangida por uma restituição à exportação.
- (2) Nos termos do Regulamento (CE) n.º 1260/2001, as restituições para os açúcares branco e em bruto não desnaturados e exportados tal qual devem ser fixados tendo em conta a situação no mercado comunitário e no mercado mundial do açúcar e, nomeadamente, dos elementos de preço e dos custos mencionados no artigo 28.º do referido regulamento; que, de acordo com o mesmo artigo, é conveniente ter em conta igualmente o aspecto económico das exportações projectadas.
- (3) Para o açúcar em bruto, a restituição deve ser fixada para a qualidade-tipo; que esta é definida no anexo I, ponto II, de Regulamento (CE) n.º 1260/2001. Esta restituição é, além do mais, fixada em conformidade com o n.º 4 do artigo 28.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001. O açúcar candi foi definido no Regulamento (CE) n.º 2135/95 da Comissão, de 7 de Setembro de 1995, relativo às normas de execução da concessão das restituições à exportação no sector do açúcar ⁽³⁾. O montante da restituição assim calculado, no que diz respeito aos açúcares aromatizados ou corados, deve aplicar-se ao seu teor em sacarose, e ser por isso fixado por 1 % deste teor.

- (4) A situação do mercado mundial ou as exigências específicas de certos mercados podem tornar necessária a diferenciação da restituição para o açúcar conforme o seu destino.
- (5) Em casos especiais, o montante da restituição pode ser fixado por actos de natureza diferente.
- (6) A restituição deve ser fixada de duas em duas semanas. Pode ser modificada no intervalo.
- (7) A aplicação destas modalidades, na situação actual dos mercados, no sector do açúcar e, nomeadamente, as cotações ou preços do açúcar na Comunidade e no mercado mundial, conduz à fixação da restituição nos montantes indicados no anexo do presente regulamento.
- (8) O Regulamento (CE) n.º 1260/2001 não prevê a recondução do regime de perequação das despesas de armazenagem a partir de 1 de Julho de 2001. Importa, portanto, tê-lo em conta na fixação das restituições a conceder quando a exportação tiver lugar depois de 30 de Setembro de 2001.
- (9) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Açúcar,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As restituições à exportação dos produtos referidos no n.º 1, alínea a), do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 1260/2001, tal qual e não desnaturados, são fixadas nos montantes referidos no anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 178 de 30.6.2001, p. 1.

⁽²⁾ JO L 104 de 20.4.2002, p. 26.

⁽³⁾ JO L 214 de 8.9.1995, p. 16.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa as restituições à exportação do açúcar branco e do açúcar em bruto puro

Código do produto	Destino	Unidade de medida	Montante das restituições
1701 11 90 9100	A00	EUR/100 kg	42,17 ⁽¹⁾
1701 11 90 9910	A00	EUR/100 kg	41,14 ⁽¹⁾
1701 11 90 9950	A00	EUR/100 kg	⁽²⁾
1701 12 90 9100	A00	EUR/100 kg	42,17 ⁽¹⁾
1701 12 90 9910	A00	EUR/100 kg	41,14 ⁽¹⁾
1701 12 90 9950	A00	EUR/100 kg	⁽²⁾
1701 91 00 9000	A00	EUR/1 % de sacarose × 100 kg de produto líquido	0,4584
1701 99 10 9100	A00	EUR/100 kg	45,84
1701 99 10 9910	A00	EUR/100 kg	44,72
1701 99 10 9950	A00	EUR/100 kg	44,72
1701 99 90 9100	A00	EUR/1 % de sacarose × 100 kg de produto líquido	0,4584

⁽¹⁾ O presente montante é aplicável ao açúcar em bruto de um rendimento de 92 %. Se o rendimento do açúcar em bruto exportado se afastar de 92 %, o montante da restituição aplicável será calculado em conformidade com as disposições do n.º 4 do artigo 28.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 do Conselho.

⁽²⁾ Fixação suspensa pelo Regulamento (CEE) n.º 2689/85 da Comissão (JO L 255 de 26.9.1985, p. 12), com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CEE) n.º 3251/85 (JO L 309 de 21.11.1985, p. 14).

NB: Os códigos dos produtos e os códigos dos destinos série «A» são definidos no Regulamento (CEE) n.º 3846/87 da Comissão (JO L 366 de 24.12.1987, p. 1), alterado.

Os códigos dos destinos numéricos são definidos no Regulamento (CE) n.º 2020/2001 da Comissão (JO L 273 de 16.10.2001, p. 6).

**REGULAMENTO (CE) N.º 1861/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002**

que fixa o montante máximo da restituição à exportação do açúcar branco para o décimo primeiro concurso público parcial efectuado no âmbito do concurso público permanente referido no Regulamento (CE) n.º 1331/2002

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em contra o Regulamento (CE) n.º 1260/2001 do Conselho, de 19 de Junho de 2001, que estabelece a organização comum de mercado no sector do açúcar ⁽¹⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 680/2002 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 5 do seu artigo 27.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Por força do Regulamento (CE) n.º 1331/2002 da Comissão, de 23 de Julho de 2002, relativo a um concurso público permanente, a título da campanha de comercialização de 2002/2003, para a determinação de direitos niveladores e/ou de restituições à exportação de açúcar branco ⁽³⁾, procedeu-se a concursos públicos parciais para a exportação desse açúcar.
- (2) Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1331/2002, é fixado um montante máximo da restituição à exportação, eventualmente, para o concurso público parcial em causa, tendo em conta, nomeadamente, a situação e a evolução previsível do mercado do açúcar na Comunidade e no mercado mundial.

(3) Após exame das ofertas, é conveniente adoptar, para o décimo primeiro concurso público parcial, as disposições referidas no artigo 1.º

(4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão do Açúcar,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Para o décimo primeiro concurso público parcial de açúcar branco, efectuado no âmbito do Regulamento (CE) n.º 1331/2002, o montante máximo da restituição à exportação é fixado em 47,815 EUR/100 kg.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 178 de 30.6.2001, p. 1.

⁽²⁾ JO L 104 de 20.4.2002, p. 26.

⁽³⁾ JO L 195 de 24.7.2002, p. 6.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1862/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002**

**relativo às propostas comunicadas para a exportação de cevada no âmbito do concurso referido no
Regulamento (CE) n.º 901/2002**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 ⁽²⁾,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1501/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, no que diz respeito à concessão de restituições à exportação, bem como as medidas a tomar em caso de perturbação, no sector dos cereais ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1163/2002 ⁽⁴⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1324/2002 ⁽⁵⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Pelo Regulamento (CE) n.º 901/2002 da Comissão ⁽⁶⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1230/2002 ⁽⁷⁾, foi aberto um concurso para a restituição à exportação de cevada para todos os países terceiros à excepção dos Estados Unidos da América, do Canadá, da Estónia e da Letónia.
- (2) Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95, a Comissão pode, com base nas propostas

comunicadas, de acordo com o processo previsto no artigo 23.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, decidir não dar seguimento ao concurso.

- (3) Tendo em conta, nomeadamente, os critérios previstos no artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95, não é conveniente proceder à fixação duma restituição máxima.
- (4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Não é dado seguimento às propostas comunicadas de 11 a 17 de Outubro de 2002 no âmbito do concurso para a restituição à exportação de cevada referido no Regulamento (CE) n.º 901/2002.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 181 de 1.7.1992, p. 21.

⁽²⁾ JO L 193 de 29.7.2000, p. 1.

⁽³⁾ JO L 147 de 30.6.1995, p. 7.

⁽⁴⁾ JO L 170 de 29.6.2002, p. 46.

⁽⁵⁾ JO L 194 de 23.7.2002, p. 26.

⁽⁶⁾ JO L 127 de 9.5.2002, p. 11.

⁽⁷⁾ JO L 180 de 10.7.2002, p. 3.

REGULAMENTO (CE) N.º 1863/2002 DA COMISSÃO**de 17 de Outubro de 2002****relativo às propostas comunicadas para a exportação de centeio no âmbito do concurso referido no Regulamento (CE) n.º 900/2002**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 ⁽²⁾,Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1501/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, no que diz respeito à concessão de restituições à exportação, bem como as medidas a tomar em caso de perturbação, no sector dos cereais ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1163/2002 ⁽⁴⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1324/2002 ⁽⁵⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 7.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Pelo Regulamento (CE) n.º 900/2002 da Comissão ⁽⁶⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1632/2002 ⁽⁷⁾, foi aberto um concurso para a restituição ou e/exportação de centeio para todos os países terceiros com excepção da Hungria, da Estónia, da Lituânia e da Letónia.
- (2) Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95, a Comissão pode, com base nas propostas

comunicadas, de acordo com o processo previsto no artigo 23.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, decidir não dar seguimento ao concurso.

- (3) Tendo em conta, nomeadamente, os critérios previstos no artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95, não é conveniente proceder à fixação duma restituição máxima.
- (4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Não é dado seguimento às propostas comunicadas de 11 a 17 de Outubro de 2002 no âmbito do concurso para a restituição à exportação de centeio referido no Regulamento (CE) n.º 900/2002.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão⁽¹⁾ JO L 181 de 1.7.1992, p. 21.⁽²⁾ JO L 193 de 29.7.2000, p. 1.⁽³⁾ JO L 147 de 30.6.1995, p. 7.⁽⁴⁾ JO L 170 de 29.6.2002, p. 46.⁽⁵⁾ JO L 194 de 23.7.2002, p. 26.⁽⁶⁾ JO L 142 de 31.5.2002, p. 14.⁽⁷⁾ JO L 247 de 14.9.2002, p. 3.

REGULAMENTO (CE) N.º 1864/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002
relativo às propostas comunicadas para a exportação de trigo mole no âmbito do concurso referido
no Regulamento (CE) n.º 899/2002

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1666/2000 ⁽²⁾,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1501/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) n.º 1766/92 do Conselho, no que diz respeito à concessão de restituições à exportação, bem como as medidas a tomar em caso de perturbação, no sector dos cereais ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1163/2002 ⁽⁴⁾, alterado pelo Regulamento n.º 1324/2002 ⁽⁵⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Pelo Regulamento (CE) n.º 899/2002 da Comissão ⁽⁶⁾, alterado pelo Regulamento n.º 1520/2002 ⁽⁷⁾, foi aberto um concurso para a restituição à exportação de trigo mole para todos os países terceiros à excepção da Polónia, da Estónia, da Lituânia e da Letónia.
- (2) Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95, a Comissão pode, com base nas propostas

comunicadas, de acordo com o processo previsto no artigo 23.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, decidir não dar seguimento ao concurso.

- (3) Tendo em conta, nomeadamente, os critérios previstos no artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1501/95, não é conveniente proceder à fixação duma restituição máxima.
- (4) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão dos Cereais,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Não é dado seguimento às propostas comunicadas de 11 a 17 de Outubro de 2002 no âmbito do concurso para a restituição à exportação de trigo mole referido no Regulamento (CE) n.º 899/2002.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 181 de 1.7.1992, p. 21.

⁽²⁾ JO L 193 de 29.7.2000, p. 1.

⁽³⁾ JO L 147 de 30.6.1995, p. 7.

⁽⁴⁾ JO L 170 de 29.6.2002, p. 46.

⁽⁵⁾ JO L 194 de 23.7.2002, p. 26.

⁽⁶⁾ JO L 133 de 16.5.2001, p. 3.

⁽⁷⁾ JO L 228 de 24.8.2002, p. 18.

**REGULAMENTO (CE) N.º 1865/2002 DA COMISSÃO
de 17 de Outubro de 2002**

que fixa as taxas das restituições aplicáveis aos ovos e às gemas de ovos exportados sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo I do Tratado

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 2771/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, relativo à organização comum de mercado do sector dos ovos ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 493/2002 da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 8.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento (CEE) n.º 2771/75, a diferença entre os preços no comércio internacional dos produtos referidos no n.º 1 do artigo 1.º deste regulamento e os preços da Comunidade pode ser coberta por uma restituição à exportação quando esses produtos forem exportados sob a forma de mercadorias indicadas no anexo do referido regulamento. O Regulamento (CE) n.º 1520/2000 da Comissão, de 13 de Julho de 2000, que estabelece, para certos produtos agrícolas exportados sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo I do Tratado, as normas comuns de aplicação do regime de concessão de restituições à exportação e os critérios de fixação do seu montante ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1052/2002 ⁽⁴⁾, estabeleceu para quais dos citados produtos se deve fixar uma taxa de restituição aplicável quando da sua exportação sob a forma de mercadorias referidas no anexo do Regulamento (CEE) n.º 2771/75.
- (2) Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1520/2000, a taxa da restituição por 100 quilogramas de cada um dos produtos de base considerados deve ser fixada para uma duração idêntica àquela que foi

tomada em consideração para a fixação das restituições aplicáveis a esses mesmos produtos exportados no seu estado inalterado.

- (3) O artigo 11.º do acordo sobre a agricultura concluído no âmbito das negociações multilaterais do «Uruguay Round», impõe que a restituição concedida à exportação de um produto incorporado numa mercadoria não pode ser superior à restituição aplicável a esse produto exportado no seu estado inalterado.
- (4) É necessário continuar a garantir uma gestão rigorosa que tenha em conta, por um lado, as previsões de despesas e, por outro, as disponibilidades orçamentais.
- (5) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de Gestão da Carne de Aves de Capoeira e Ovos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As taxas das restituições aplicáveis aos produtos de base que figuram no anexo A do Regulamento (CE) n.º 1520/2000 e referidos no n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 2771/75, exportados sob a forma de mercadorias abrangidas pelo anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2771/75, são fixadas conforme indicado no anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 18 de Outubro de 2002.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de Outubro de 2002.

Pela Comissão
Erkki LIIKANEN
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 282 de 1.11.1975, p. 49.

⁽²⁾ JO L 77 de 20.3.2002, p. 7.

⁽³⁾ JO L 177 de 15.7.2000, p. 1.

⁽⁴⁾ JO L 160 de 18.6.2002, p. 16.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 17 de Outubro de 2002, que fixa as taxas das restituições aplicáveis aos ovos e às gemas de ovos exportados sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo I do Tratado

(em EUR/100 kg)

Código NC	Designação das mercadorias	Destino ⁽¹⁾	Taxas das restituições
0407 00	Ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos:		
	– De aves domésticas:		
0407 00 30	-- Outros:		
	a) No caso de exportação de ovalbumina abrangida pelos códigos NC 3502 11 90 e 3502 19 90	02	10,00
		03	35,00
		04	5,00
	b) No caso de exportação de outras mercadorias	01	5,00
0408	Ovos de aves, sem casca, e gemas de ovos, frescos, secos, cozidos em água ou vapor, moldados, congelados ou conservados de outro modo, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes:		
	– Gemas de ovos:		
0408 11	-- Secas:		
ex 0408 11 80	--- Próprias para usos alimentares: não edulcoradas	01	20,00
0408 19	-- Outras:		
	--- Próprias para usos alimentares:		
ex 0408 19 81	---- Líquidas: não edulcoradas	01	10,00
ex 0408 19 89	---- Congeladas: não edulcoradas	01	10,00
	– Outros:		
0408 91	-- Secos:		
ex 0408 91 80	--- Próprios para usos alimentares: não edulcorados	01	60,00
0408 99	-- Outros:		
ex 0408 99 80	--- Próprios para usos alimentares: não edulcorados	01	15,00

(¹) Os destinos são identificados do seguinte modo:

01 Países terceiros,

02 Kuwait, Barém, Omã, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iémen, Turquia, RAE Hong Kong e Rússia,

03 Coreia do Sul, Japão, Malásia, Tailândia, Taiwan e Filipinas,

04 Todos os destinos, com excepção da Suíça, dos referidos em 02 e 03.

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

CONSELHO

**DECISÃO DO CONSELHO
de 8 de Outubro de 2002
que nomeia um membro suplente alemão do Comité das Regiões**

(2002/809/CE)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 263.º,

Tendo em conta a Decisão do Conselho de 22 de Janeiro de 2002 ⁽¹⁾ que nomeia os membros efectivos e os membros suplentes do Comité das Regiões,

Considerando que vagou um lugar de membro suplente do Comité das Regiões na sequência da renúncia de Werner BALLHAUSEN, membro suplente, da qual foi dado conhecimento ao Conselho em 15 de Maio de 2002,

Tendo em conta a proposta do Governo Alemão,

DECIDE:

Artigo único

Michael SCHNEIDER é nomeado membro suplente do Comité das Regiões em substituição de Werner BALLHAUSEN pelo período remanescente do seu mandato, ou seja, até 25 de Janeiro de 2006.

Feito no Luxemburgo, em 8 de Outubro de 2002.

Pelo Conselho

O Presidente

T. PEDERSEN

⁽¹⁾ JO L 24 de 26.1.2002, p. 38.

DECISÃO DO CONSELHO
de 8 de Outubro de 2002
que nomeia dois membros efectivos e dois membros suplentes do Comité das Regiões

(2002/810/CE)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 263.º,

Tendo em conta a Decisão do Conselho de 22 de Janeiro de 2002 ⁽¹⁾ que nomeia os membros efectivos e os membros suplentes do Comité das Regiões,

Considerando que vagaram no Comité das Regiões dois lugares de membros efectivos e dois lugares de membros suplentes, na sequência das renúncias de Jan TINDEMANS, da qual foi dado conhecimento ao Conselho em 10 de Abril de 2002, H.J.M. KEMPERMAN, da qual foi dado conhecimento ao Conselho em 22 de Maio de 2002, C.W. JACOBS, da qual foi dado conhecimento ao Conselho em 22 de Agosto de 2002 A.M.C.A. HOOIJMAIJERS, da qual foi dado conhecimento ao Conselho em 19 de Junho de 2002,

Tendo em conta a proposta do Governo neerlandês,

DECIDE:

Artigo único

- H.F.M. EVERS é nomeado membro efectivo do Comité das Regiões, em substituição de Jan TINDEMANS,
 - C.W. JACOBS é nomeado membro efectivo do Comité das Regiões, em substituição de H.J.M. KEMPERMAN,
 - P. JANSEN é nomeado membro suplente do Comité das Regiões, em substituição de C.W. JACOBS,
 - G.D. DALES é nomeado membro suplente do Comité das Regiões, em substituição de A.M.C.A. HOOIJMAEIJERS,
- pelo período remanescente dos seus mandatos, ou seja, até 25 de Janeiro de 2006.

Feito no Luxemburgo, em 8 de Outubro de 2002.

Pelo Conselho
O Presidente
T. PEDERSEN

⁽¹⁾ JO L 24 de 26.1.2002, p. 38.

DECISÃO DO CONSELHO**de 3 de Outubro de 2002****que estabelece notas de orientação destinadas a completar o anexo VII da Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados e que revoga a Directiva 90/220/CEE do Conselho**

(2002/811/CE)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o primeiro parágrafo do seu anexo VII,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1) De acordo com o disposto na Directiva 2001/18/CE, antes da colocação no mercado de um organismo geneticamente modificado (a seguir designado por «OGM») enquanto produto ou componente de um produto, deverá ser apresentada uma notificação à autoridade competente do Estado-Membro no qual esse OGM é colocado no mercado pela primeira vez.
- (2) De acordo com o disposto na Directiva 2001/18/CE, o notificador deverá garantir que a monitorização e a comunicação dos dados sobre a libertação deliberada de OGM observam as condições especificadas na autorização de colocação no mercado, em conformidade com o n.º 2 do artigo 13.º, o n.º 3 do artigo 19.º e o artigo 20.º da directiva. Por conseguinte, a notificação deve conter um plano de monitorização, que inclua uma proposta de prazo de duração desse mesmo plano, em conformidade com o anexo VII da Directiva 2001/18/CE.

- (3) O anexo VII da Directiva 2001/18/CE deverá ser complementado por notas que descrevam pormenorizadamente os objectivos, os princípios gerais e a concepção do plano de monitorização referido no mesmo anexo.

- (4) O comité instituído em conformidade com o n.º 2 do artigo 30.º da Directiva 2001/18/CE foi consultado em 12 de Junho de 2002 e não emitiu parecer sobre a proposta de decisão da Comissão,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

As notas de orientação estabelecidas no anexo da presente decisão serão utilizadas para completar o disposto no anexo VII da Directiva 2001/18/CE.

Artigo 2.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito no Luxemburgo, em 3 de Outubro de 2002.

Pelo Conselho
O Presidente
F. HANSEN

⁽¹⁾ JO L 106 de 17.4.2001, p. 1.

ANEXO

INTRODUÇÃO

A Directiva 2001/18/CE introduz a obrigação para os notificadores de implementarem planos de monitorização para rastrear e identificar quaisquer efeitos directos ou indirectos, imediatos, diferidos ou imprevistos na saúde humana ou no ambiente dos OGM enquanto produtos ou componentes de produtos após a sua colocação no mercado.

Nos termos do n.º 2, alínea e), do artigo 13.º da directiva em apreço, os notificadores devem apresentar, como parte da notificação para a colocação no mercado de um OGM, um plano de monitorização conforme com o anexo VII da referida directiva, incluindo a proposta de um prazo de duração, que pode ser diferente do prazo de validade da autorização. O anexo VII descreve em linhas gerais o objectivo a alcançar e os princípios gerais a seguir na concepção do plano de monitorização referido no n.º 2 do artigo 13.º, no n.º 3 do artigo 19.º e no artigo 20.º

As presentes notas de orientação complementam as informações fornecidas no anexo VII e, no âmbito da directiva,

- especificam os objectivos da monitorização,
- especificam os princípios gerais da monitorização,
- descrevem em traços largos o quadro geral para a elaboração de planos adequados de monitorização pós-comercialização.

No seguimento da colocação no mercado de um OGM, o notificador é obrigado, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da directiva, a assegurar que a monitorização e o conseqüente relatório sejam efectuados de acordo com as condições estabelecidas na autorização. O n.º 3, alínea f), do artigo 19.º determina que a autorização escrita deve, em todos os casos, especificar expressamente os requisitos de monitorização de acordo com o anexo VII, incluindo a obrigação de apresentar um relatório à Comissão e às autoridades competentes. Além disso, para garantir a transparência, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º, os resultados da monitorização devem igualmente ser disponibilizados ao público.

Os planos de monitorização de OGM a colocar no mercado deverão ser elaborados caso a caso, tendo em conta a avaliação dos riscos ambientais, as características modificadas específicas do OGM em causa, a utilização a que este se destina e o meio receptor. As presentes notas de orientação estabelecem um quadro geral, não pretendendo fornecer pormenores concretos para a elaboração de planos de monitorização que abranjam todos os OGM.

Poderá ser necessário completar este quadro com orientações suplementares mais específicas relativas a planos de monitorização ou listas de controlo no que respeita a características, colheitas ou OGM particulares.

A monitorização pode ser definida, de um modo geral, como a medição sistemática de variáveis e processos ao longo do tempo e pressupõe que existem razões específicas para a recolha desses dados, por exemplo, para assegurar que certas normas ou condições são respeitadas ou para analisar potenciais alterações no que respeita a determinadas bases de referência. Neste contexto, é essencial identificar o tipo de efeitos ou variáveis a monitorizar, tendo também grande importância as ferramentas e sistemas para os medir e um período de tempo adequado para as medições. Os resultados da monitorização podem, no entanto, ser importantes para o desenvolvimento de investigação posterior.

Uma monitorização e vigilância eficazes exigem que seja desenvolvida uma metodologia adequada e que esta esteja disponível antes do início dos programas de monitorização. A monitorização deverá ser perspectivada não como investigação por si só, mas sim como um meio de avaliar ou verificar resultados e pressupostos decorrentes da investigação anterior e avaliação do risco potencial e investigação.

A. OBJECTIVOS

Antes da colocação no mercado de um OGM ou de uma combinação de OGM enquanto produto ou componente de um produto, deve ser apresentada uma notificação à autoridade competente do Estado-Membro onde o OGM será colocado no mercado pela primeira vez. Essa notificação deve, de acordo com o n.º 2 do artigo 13.º, conter um *dossier* de informações técnicas, que inclua uma avaliação completa dos riscos ambientais.

A avaliação dos riscos ambientais tem por objectivo identificar e avaliar, caso a caso, os potenciais efeitos adversos do OGM, directos ou indirectos, imediatos ou diferidos, na saúde humana e no ambiente, decorrentes da sua colocação no mercado. Esta avaliação poderá igualmente ter que considerar os potenciais efeitos a longo prazo associados à interacção com outros organismos e com o ambiente. Para a avaliação desses potenciais efeitos adversos deve ser aplicada uma metodologia comum, baseada em provas científicas comprováveis por fontes independentes.

Os OGM podem ser substancialmente diferentes uns dos outros devido às características inerentes da espécie modificada, à modificação específica e às características resultantes dessa modificação. Tais características determinarão, em grande medida, a natureza dos potenciais efeitos decorrentes da colocação de OGM no mercado.

Após a sua colocação no mercado, é igualmente necessário confirmar a exactidão da avaliação dos riscos do OGM realizada antes da sua comercialização. Além disso, não pode ser ignorada a possibilidade de ocorrência de potenciais efeitos adversos não previstos na avaliação. Para esse efeito, está prevista, no artigo 20.º da directiva, a monitorização depois da colocação no mercado.

Assim sendo, os objectivos previstos da monitorização após a colocação no mercado, tal como especificado no anexo VII, são:

- confirmar a correcção de todos os pressupostos da avaliação dos riscos ambientais relativos à ocorrência e impacto de potenciais efeitos adversos do OGM ou respectiva utilização, e
- identificar a ocorrência de efeitos adversos do OGM ou respectiva utilização na saúde humana ou no ambiente, não previstos na avaliação dos riscos ambientais.

B. PRINCÍPIOS GERAIS

A monitorização, descrita pormenorizadamente nos artigos 13.º, 19.º e 20.º da Directiva 2001/18/CE, e no âmbito das presentes notas de orientação, refere-se à monitorização posterior à colocação no mercado, efectuada depois de ter sido concedida a autorização de colocação no mercado de um OGM.

O n.º 2, alínea e), do artigo 13.º da directiva exige que os notificadores apresentem, como parte das suas notificações, um plano de monitorização conforme com o anexo VII.

Nos termos do n.º 3, alínea f), do artigo 19.º, a autorização deve especificar o prazo de duração do plano de monitorização e, se for caso disso, as obrigações impostas aos vendedores ou aos utilizadores do produto, nomeadamente, no caso de culturas de OGM, referentes a um nível de informação considerado adequado quanto à respectiva localização.

Com base nos relatórios apresentados pelos notificadores, em conformidade com a autorização e com o plano de monitorização nela especificado, a autoridade competente que recebeu a notificação inicial deve informar a Comissão e as autoridades competentes sobre os resultados e pode, como previsto no n.º 1 do artigo 20.º, e, sempre que necessário, em consulta com os outros Estados-Membros, adaptar o plano de monitorização após o primeiro período de monitorização.

A planificação é essencial para todos os tipos de monitorização e, na elaboração dos planos de monitorização, deve ser considerada tanto a monitorização específica para cada caso como a vigilância geral. Além disso, a monitorização dos potenciais efeitos cumulativos adversos a longo prazo deverá ser considerada um elemento obrigatório do plano de monitorização.

Quando incluída no plano de monitorização, a monitorização específica deve incidir nos potenciais efeitos decorrentes da colocação no mercado de um OGM salientados nas conclusões e pressupostos da avaliação dos riscos ambientais. No entanto, embora seja possível, com base na avaliação dos riscos e nas informações científicas disponíveis, prever a ocorrência de certos efeitos, é consideravelmente mais difícil elaborar planos de monitorização de potenciais efeitos ou variáveis que não se podem prever. Contudo, através de uma planificação adequada da monitorização e dos planos de vigilância pode ser possível otimizar as hipóteses de detecção precoce de tais efeitos. Por conseguinte, na concepção do plano de monitorização deve ser incorporada a vigilância geral dos efeitos adversos imprevistos.

Neste contexto, deve ser tida em conta a relação custo-eficácia da monitorização específica e da vigilância geral. Além disso, o plano de monitorização deve ser conforme com as mais recentes conclusões e práticas científicas.

Os próprios Estados-Membros podem contribuir para a monitorização no âmbito da obrigação geral prevista no n.º 5 do artigo 4.º, que exige que a autoridade competente organize inspecções e outras medidas de controlo eventualmente necessárias para garantir o cumprimento da directiva. Na verdade, ao abrigo do Tratado, os Estados-Membros podem tomar medidas suplementares de monitorização e inspecção, designadamente através de autoridades nacionais, dos OGM colocados no mercado enquanto produtos ou componentes de produtos. No entanto, cumpre reconhecer que essas medidas não substituem o plano de monitorização, que é da responsabilidade dos notificadores (apesar de tais medidas poderem ser incorporadas nesses planos, com o consentimento das partes envolvidas).

A interpretação dos dados obtidos através da monitorização deve ter em conta as condições ambientais e as actividades existentes para estabelecer uma base de referência adequada. A vigilância geral e os programas de monitorização ambiental em geral podem também fornecer ajuda neste contexto. Sempre que forem observadas alterações inesperadas no ambiente, poderá ser necessário proceder a uma análise mais aprofundada dos riscos, com vista a determinar se tais alterações são consequência da colocação do OGM no mercado ou se resultam de outros factores. Nesse contexto, poderá igualmente ser necessário considerar a adopção de medidas de protecção da saúde humana e do ambiente.

C. CONCEPÇÃO DO PLANO DE MONITORIZAÇÃO

A concepção dos planos de monitorização deverá assentar num quadro composto por três vertentes principais:

1. Estratégia de monitorização;
2. Metodologia da monitorização;
3. Análise, relatório, revisão.

1. Estratégia de monitorização

A estratégia de monitorização implica, em especial, a identificação dos efeitos potenciais que podem resultar da colocação de um OGM no mercado, a definição do nível de monitorização necessário, da(s) abordagem(ns) adequada(s) e do período ao longo do qual decorrerá a monitorização.

Numa primeira fase, deve ser considerada a probabilidade de o OGM provocar potenciais efeitos adversos, directos, indirectos, imediatos ou diferidos, tendo em conta a utilização a que se destina e o seu meio receptor.

Entende-se por efeitos directos os efeitos primários sobre a saúde humana ou sobre o ambiente, resultantes do próprio OGM e não de qualquer sequência de fenómenos interligados por uma relação de causa-efeito. Por exemplo, na análise de numa cultura modificada com o objectivo de aumentar a sua resistência a um insecto específico, podem considerar-se efeitos directos a morte e as alterações da população do insecto-alvo e de outros insectos provocadas pela toxina produzida pelo OGM.

Entende-se por efeitos indirectos sobre a saúde humana ou o ambiente os que resultam de uma cadeia de fenómenos interligados por uma relação de causa e efeito. Por exemplo, no caso acima mencionado, podem surgir efeitos indirectos quando a redução da população do insecto-alvo afecta as populações de outros organismos que normalmente se alimentam desses insectos.

Os efeitos indirectos podem envolver interacções entre uma série de organismos e o ambiente, o que dificulta a previsão dos potenciais efeitos. É igualmente provável que os efeitos indirectos só possam ser observados a prazo. No entanto, estes factores devem ser considerados parte da estratégia.

Os efeitos imediatos são os efeitos sobre a saúde humana ou sobre o ambiente, observáveis durante o período de libertação do OGM. Os efeitos imediatos podem ser directos ou indirectos.

Os efeitos diferidos são os efeitos sobre a saúde humana ou o ambiente, não observáveis durante o período de libertação do OGM, mas observáveis, sob a forma de efeito directo ou indirecto, numa fase posterior ou depois de terminada a libertação. O aumento da resistência dos insectos à toxina Bt através da exposição continuada constitui um exemplo de efeito diferido.

Os efeitos imediatos e os efeitos diferidos podem ser directos ou indirectos, mas a sua manifestação implica o decurso de algum tempo. Os efeitos directos verificar-se-ão, mais provavelmente, de imediato ou a curto prazo, a um nível susceptível de ser detectado. Os efeitos indirectos podem levar mais tempo a manifestar-se; não obstante, podem ter que ser tidos em conta.

É muito difícil, se não impossível, prever a ocorrência de potenciais efeitos imprevistos não assinalados na avaliação dos riscos. Por conseguinte, a vigilância geral de efeitos imprevistos deve ser considerada parte da estratégia de monitorização.

1.1. Avaliação dos riscos

A estratégia de monitorização deve identificar o modo como devem ser comprovadas as conclusões da avaliação dos riscos, de acordo com a utilização do OGM específico e o meio receptor. Para isso, devem considerar-se as conclusões e os pressupostos da avaliação dos riscos, com base numa avaliação científica e nas recomendações de comités de peritos. Além disso, a estratégia de monitorização pode igualmente ter que incluir questões decorrentes da avaliação dos riscos sujeitas a um grau de incerteza, como por exemplo, eventuais efeitos que só se verifiquem com libertações em grande escala. A este respeito, é oportuno fazer referência às notas de orientação destinadas a completar o anexo II da Directiva 2001/18/CE relativo aos princípios da avaliação dos riscos ambientais.

1.2. Informações de base

Na planificação e concepção do plano de monitorização podem ser utilizadas as informações de base relativas ao OGM em causa, incluindo os dados e as informações provenientes de libertações experimentais, publicações científicas e provas relevantes comparáveis referentes a outras libertações. Neste contexto, será particularmente importante considerar os dados dos estudos disponíveis sobre a investigação dos riscos e a monitorização de libertações experimentais.

1.3. Abordagem

Deve ser descrita a abordagem da estratégia de monitorização. Em muitos casos, é provável que o seu elemento central sejam as preocupações primárias («o que é preciso saber») e o estabelecimento de um processo de monitorização cíclico, para que se possa melhorar continuamente a qualidade do programa.

A abordagem deve prever os meios para detectar os potenciais efeitos adversos numa fase precoce da sua manifestação. A detecção precoce de quaisquer efeitos adversos atribuíveis a um OGM permitirá uma reavaliação mais rápida e a aplicação de medidas tendentes a reduzir as consequências para o ambiente.

A concepção dos planos de monitorização dos OGM deve basear-se numa abordagem por etapas que tenha em conta os dados e a metodologia de monitorização existentes. A abordagem por etapas deverá, em muitos casos, ter igualmente em conta a escala da libertação. A primeira etapa pode basear-se em resultados de ensaios experimentais, as etapas subsequentes em ensaios de campo em grande escala e, por fim, em verificações realizadas em parcelas comerciais. Por conseguinte, a experiência e as informações obtidas através da monitorização de libertações experimentais de OGM serão provavelmente de utilidade na concepção do regime de monitorização pós-comercialização exigido para a colocação de OGM no mercado.

Os programas de observação existentes poderão igualmente ser adaptados às necessidades de monitorizar os OGM como forma de assegurar a comparabilidade e limitar a afectação de recursos ao desenvolvimento da abordagem. Entre esses programas incluem-se os de observação ambiental existentes no domínio agrícola, os inquéritos alimentares, os programas de conservação da natureza, os programas de monitorização ecológica a longo prazo, da observação dos solos e os inquéritos veterinários. A inclusão de tais programas no plano de monitorização implica, em primeiro lugar, que os notificadores obtenham o acordo das entidades ou organizações, incluindo as autoridades nacionais, que executam tais programas.

A presente secção centra-se na monitorização de casos específicos e na vigilância geral, de acordo com os dois objectivos gerais previstos no anexo VII, embora não estejam excluídos outros tipos de sistemas de monitorização.

1.3.1. Monitorização específica

A monitorização específica de cada caso serve para confirmar a correcção dos pressupostos cientificamente válidos da avaliação dos riscos ambientais, no que respeita aos potenciais efeitos adversos de um OGM e da sua utilização.

A abordagem deverá:

- centrar-se em todos os potenciais efeitos na saúde humana e no ambiente identificados na avaliação dos riscos, tendo em conta designadamente as diferentes localizações, tipos de solo, condições climáticas, e
- definir um prazo para a obtenção de resultados.

O primeiro passo a dar para a elaboração de um plano de monitorização no âmbito da monitorização específica é determinar os objectivos da estratégia de monitorização para o caso específico. Nomeadamente, há que determinar os pressupostos da avaliação dos riscos ambientais respeitantes à ocorrência e ao impacto dos potenciais efeitos adversos do OGM ou da sua utilização, que devem ser confirmados pela monitorização específica. No entanto, se a avaliação dos riscos concluir pela ausência de riscos ou a presença de riscos negligenciáveis, pode não ser necessária a monitorização específica.

Os potenciais efeitos adversos identificados na avaliação dos riscos ambientais apenas devem ser incluídos no plano de monitorização se esta puder contribuir para a confirmação ou a rejeição dos pressupostos relativos a esses efeitos.

Se a utilização prevista de um OGM incluir o cultivo, pode ser necessário considerar a monitorização dos potenciais riscos da transferência de pólen, da disseminação e da persistência desse OGM. O grau provável de ocorrência desses fenómenos dependerá igualmente da escala da sua utilização e do meio receptor, incluindo a proximidade — e escala de produção — de espécies cultivadas convencionais e espécies selvagens aparentadas sexualmente compatíveis.

Em contrapartida, os potenciais riscos ambientais dos OGM aprovados apenas para importação e processamento serão, provavelmente, muitas vezes avaliados como extremamente limitados, uma vez que tais OGM não serão intencionalmente introduzidos no ambiente e que a sua disseminação é improvável.

Os potenciais efeitos na saúde humana ou no ambiente da libertação ou da colocação no mercado de um OGM dependerão, em primeiro lugar, da sua natureza intrínseca e da sua modificação genética específica. Por exemplo, os efeitos potenciais da transferência de pólen de culturas geneticamente modificadas para culturas não geneticamente modificadas ou para tipos selvagens aparentados dependerão, sobretudo, da natureza autogâmica ou alogâmica da cultura geneticamente modificada.

Todavia, quaisquer efeitos subsequentes, como, por exemplo, o potencial desenvolvimento de resistência dos insectos à toxina Bt, serão exclusivamente associados aos organismos que foram geneticamente modificados para a expressão dessa toxina. Tal não será o caso dos OGM modificados especificamente para aumentar a sua tolerância aos herbicidas, uma vez que tais OGM não contêm o gene da toxina Bt.

Do mesmo modo, apenas será pertinente monitorizar a potencial transferência de genes de resistência a antibióticos e as eventuais consequências no que respeita aos OGM que incluem, como parte da modificação, marcadores genéticos de resistência aos antibióticos.

Após a identificação dos objectivos com base nos potenciais efeitos adversos, devem ser identificados os parâmetros a medir para atingir esses objectivos. Os parâmetros, bem como os métodos utilizados para os medir e avaliar, devem ser válidos e adequados à sua finalidade.

1.3.2. *Vigilância geral*

A vigilância geral baseia-se, em grande medida, na observação de rotina (abordagem «look — see») e deverá servir para identificar a ocorrência de efeitos adversos imprevistos do OGM ou da sua utilização na saúde humana e no ambiente não mencionados na avaliação dos riscos. É provável que esta vigilância envolva a observação de características fenotípicas mas não está excluída a realização de análises mais pormenorizadas.

Contrariamente à monitorização específica, a vigilância geral deve:

- procurar identificar e registar todos os potenciais efeitos adversos indirectos, diferidos e/ou cumulativos não previstos na avaliação dos riscos,
- ser efectuada ao longo de um período mais prolongado de tempo e, eventualmente, numa área mais vasta.

O tipo de vigilância geral, os locais, as áreas e outros parâmetros a medir, dependerão, em grande medida, do tipo de efeito adverso imprevisto a observar. Por exemplo, efeitos adversos imprevistos no ecossistema cultivado, tais como alterações da biodiversidade, impactos ambientais cumulativos de libertações e interacções múltiplas, podem implicar diferentes abordagens da vigilância geral de outros efeitos da transferência de genes.

A vigilância geral poderá, se tal for compatível, utilizar as práticas de rotina estabelecidas tais como a monitorização das culturas agrícolas, dos produtos fitossanitários, veterinários e médicos, bem como os programas de monitorização ecológica, de observação ambiental e de conservação da natureza. O plano de monitorização pode igualmente fornecer informações pormenorizadas sobre o modo como serão recolhidas ou disponibilizadas ao titular da autorização as informações relevantes obtidas através da aplicação por terceiros dessas práticas de vigilância estabelecidas.

Caso se recorra, na vigilância geral, a uma prática de rotina estabelecida, tal prática deve ser descrita, bem como as respectivas alterações necessárias para assegurar uma vigilância geral pertinente.

1.4. Bases de referência

A determinação da base de referência, ou seja, do estado do meio receptor, constitui um requisito prévio da identificação e avaliação das alterações observadas através da monitorização. Resumidamente, a base de referência é o termo de comparação de todos os efeitos decorrentes da colocação de um OGM no mercado. Por conseguinte, essa base de referência deve ser determinada antes de se tentarem detectar e monitorizar tais efeitos. A monitorização paralela de «zonas OGM» e de «zonas de referência não-OGM» comparáveis pode constituir uma alternativa e revelar-se importante quando o meio é altamente dinâmico.

Por conseguinte, antes da execução de programas de monitorização e de acções no domínio da política ambiental, pode ser necessário dispor de informações fiáveis sobre a situação do meio receptor, obtidas através de sistemas adequados de observação do ambiente. Os programas de observação ambiental estão concebidos de forma a terem em conta as relações provadas ou presumíveis e plausíveis no ecossistema e podem ser úteis para a determinação:

- da situação do ambiente e das mudanças nele operadas,
- das causas dessas mudanças, e
- da evolução prevista do ambiente.

Constituirão indicadores do estado do meio receptor, nomeadamente, a presença de animais, plantas e microrganismos de diferentes grupos de organismos e diferentes ecossistemas. Os indicadores pertinentes podem ser considerados com base nas características do OGM em causa e nos parâmetros a monitorizar. A compatibilidade sexual de outros organismos com o OGM pode igualmente ser relevante neste contexto. Para uma determinada espécie-indicador, existirá uma série de parâmetros de medição ou variáveis de aptidão, que incluem, por exemplo, o número, taxa de crescimento, biomassa, esforço reprodutivo, taxa de crescimento/redução da população e diversidade genética.

Pode igualmente ser adequado considerar bases de referência relacionadas com alterações das práticas de gestão resultantes da utilização de OGM, que podem incluir alterações na utilização de pesticidas na cultura da espécie modificada para tolerar os herbicidas e resistir aos insectos. No que respeita ao plano de monitorização de culturas geneticamente modificadas tolerantes aos herbicidas também pode ser apropriado considerar a utilização de herbicidas em culturas convencionais como parte da base de referência adequada.

1.5. Prazo de duração

A monitorização deve ser efectuada durante de um período de tempo suficientemente longo para detectar não só os potenciais efeitos imediatos, se for caso disso, mas também os efeitos diferidos identificados na avaliação dos riscos ambientais. Deve igualmente considerar-se a inter-relação entre o nível estimado de risco e a duração da libertação. Um período prolongado de libertação pode aumentar o risco de efeitos cumulativos. Por outro lado, o facto de não se manifestarem efeitos imediatos ao longo de um período dilatado de tempo pode permitir que a monitorização se concentre nos efeitos diferidos e indirectos. Deve igualmente ser considerada a necessidade de prolongar a monitorização para além do prazo de validade da autorização. Pode ser o caso, por exemplo, quando a persistência de OGM no ambiente é potencialmente significativa.

Deve ser indicado o prazo de duração proposto do plano de monitorização, bem como a frequência provável das visitas/inspeções e a periodicidade da revisão do plano de monitorização. A duração do plano deve ter em conta o provável aparecimento de efeitos potenciais mencionados na avaliação dos riscos. Por exemplo, devem ser considerados todos os efeitos adversos resultantes da disseminação, reprodução e persistência/sobrevivência de um OGM no ambiente após a sua colocação no mercado. Para os micróbios geneticamente modificados libertados no âmbito de programas de bio-saneamento, esses processos podem demorar dias ou meses, mas, para certas espécies de culturas, poderão prolongar-se por vários anos. A probabilidade de disseminação e persistência das próprias sequências modificadas deve também ser considerada no caso de cruzamentos com espécies sexualmente compatíveis.

O planeamento das inspeções dependerá, em grande medida, do tipo de efeito a monitorizar. Por exemplo, os efeitos da transferência de pólen apenas serão visíveis após a época de floração, embora seja pertinente visitar um sítio antes dessa época para determinar em que medida estão presentes na vizinhança espécies sexualmente compatíveis. Do mesmo modo, a monitorização para detectar o surgimento de plantas espontâneas nas épocas de produção subsequentes estará associada à época de queda da semente e à persistência e germinação do subsequente banco de sementes.

Pode igualmente ser necessário efectuar visitas prévias, conforme apropriado, antes do arranque da monitorização para estabelecer as bases de referência adequadas.

Os planos de monitorização e respectivos prazos de duração não devem ser estabelecidos a título definitivo, impondo-se a respectiva revisão e alteração à luz dos resultados obtidos durante o programa de monitorização.

1.6. Atribuição de responsabilidades

Em última análise, o notificador/titular da autorização é o responsável, nos termos da directiva, por garantir a inclusão, na notificação, de um plano de monitorização e pela sua instauração e execução adequadas.

Em primeiro lugar, nos termos do n.º 2, alínea e), do artigo 13.º da directiva, os notificadores são responsáveis pela apresentação, como parte das suas notificações, de um plano de monitorização conforme com o anexo VII. A adequação do plano de monitorização proposto é um dos critérios que deverá ser utilizado na apreciação dos pedidos de colocação de OGM no mercado. O plano de monitorização deve ser avaliado exclusivamente com base na sua adequação, o que implica o cumprimento dos requisitos estabelecidos na própria directiva e não a estrita observância das presentes notas de orientação.

Seguidamente, o n.º 1 do artigo 20.º exige que, após a colocação no mercado de um OGM enquanto produto ou componente de um produto, o notificador assegure que a monitorização e o consequente relatório sejam efectuados de acordo com as condições especificadas na autorização. Para isso, deve ser executado adequadamente o plano de monitorização.

Na notificação devem, por conseguinte, estar claramente atribuídas as responsabilidades em cada etapa do plano de monitorização. Esta obrigação aplica-se tanto ao plano de monitorização específico como à vigilância geral inserida no plano de monitorização. Embora o notificador tenha a responsabilidade de garantir a realização da monitorização, tal não obsta ao possível envolvimento de terceiros, como consultores e utilizadores, na monitorização, através do desempenho de várias tarefas exigidas pelo plano. No caso da vigilância geral, tal poderia incluir a Comissão, os Estados-Membros e/ou as autoridades competentes. Caso se empreguem ou contratem terceiros para realizar estudos de monitorização, a estrutura do seu envolvimento deve ser descrita. O notificador/titular de autorização é responsável pela compilação dos dados e resultados da monitorização e tem que assegurar a transmissão desta informação à Comissão e às autoridades competentes de acordo com o plano de monitorização, em particular no que respeita à identificação de eventuais efeitos adversos.

Convém igualmente assinalar que nada obsta a que os Estados-Membros realizem monitorizações suplementares, seja sob a forma de monitorização específica seja sob a forma de vigilância geral. Esta vigilância tem como finalidade permitir ao gestor de risco tomar imediatamente as medidas adequadas no caso de surgirem efeitos indesejáveis e não identificados no contexto da avaliação prévia de risco. Essas acções não devem, no entanto, substituir-se ao plano de monitorização, cuja execução continua a ser da responsabilidade do notificador (apesar de tais acções poderem ser integradas no referido plano, com o consentimento das partes envolvidas).

1.7. Sistemas existentes

Deve ser possível alargar o âmbito dos sistemas de monitorização ou vigilância geral existentes de modo a abrangerem os potenciais efeitos adversos causados pela colocação de OGM no mercado. Esses sistemas podem incluir, nomeadamente, programas de observação no domínio agrícola, inquéritos alimentares, conservação da natureza, sistemas de monitorização ecológica a longo prazo, programas de observação do ambiente e inquéritos veterinários.

Por exemplo, os sistemas de produção de sementes que obedecem às regras de certificação da OCDE e, por conseguinte, incluem inspeções de rotina aos campos e zonas circundantes, poderão ser adaptados à monitorização no terreno em relação a parâmetros especificados.

A monitorização e a vigilância de culturas comerciais convencionais já se realiza, sendo prática sistemática nos Estados-Membros, quando se trata de calcular a aplicação de adubos e no controlo de parasitas, doenças e infestantes. Este tipo de monitorização e vigilância é efectuado regularmente durante todo o período vegetativo por consultores que vendem os produtos agronómicos pertinentes e pelos próprios agricultores.

Pode ser possível, por conseguinte, sujeitar as vendas de sementes geneticamente modificadas a um serviço semelhante, prestado quer por representantes da empresa, quer por consultores contratados, para oferecer pelo menos alguma forma de vigilância geral. Poderão distribuir-se aos agricultores que compram lotes de sementes geneticamente modificadas instruções relativas à vigilância, monitorização e apresentação de relatórios e poderão formular-se acordos contratuais como condição de venda ou utilização.

É certamente viável, se forem fornecidas instruções claras, que os agricultores ou os consultores agrónomicos conduzam inquéritos às principais alterações ou efeitos imprevistos, tais como a disseminação e o estabelecimento de plantas espontâneas em zonas adjacentes. Nestas circunstâncias, prevê-se que a monitorização e a vigilância de efeitos adversos possam ser incorporadas nas práticas de rotina para determinar as intervenções agrónomicas de controlo de pragas e infestantes.

2. Metodologia da monitorização

Esta secção fornece orientações quanto aos tipos de parâmetros e elementos que podem ter que ser identificados e monitorizados como parte do programa de monitorização, bem como aos meios para conduzir essa monitorização, incluindo as zonas a monitorizar e a frequência da monitorização.

2.1. Parâmetros/elementos da monitorização

Em primeiro lugar, haverá que identificar os parâmetros/elementos pertinentes a monitorizar, justificando adequadamente a sua selecção. Tal dependerá, em grande medida, das conclusões da avaliação dos riscos ambientais. As decisões sobre os parâmetros ou elementos a monitorizar devem ser tomadas caso a caso, em função das características modificadas do OGM em causa. Tal pode incluir a monitorização dos efeitos previstos da modificação nos organismos alvo, de que poderá constituir um exemplo a monitorização de populações de brocas do milho no que respeita ao cultivo de variedades de milho Bt.

No entanto, podem igualmente ter que ser considerados elementos não específicos como parte do plano de monitorização, apresentando-se seguidamente alguns exemplos de elementos desse tipo:

- efeitos da modificação em organismos não alvo, incluindo o desenvolvimento de resistência em espécies aparentadas selvagens ou organismos parasitas, mudança na gama de hospedeiros ou na dispersão de organismos prejudiciais e vírus, desenvolvimento de novos vírus,
- dispersão, estabelecimento e persistência em ambientes ou ecossistemas não visados,
- hibridação cruzada/reprodução (por exemplo, ocorrência, meios e taxas de hibridação cruzada/reprodução) com espécies aparentadas selvagens sexualmente compatíveis em populações naturais,
- alterações imprevistas no comportamento básico do organismo, por exemplo, alterações a nível da reprodução, do número de descendentes, do comportamento na fase de crescimento e da capacidade de sobrevivência das sementes,
- alterações a nível da biodiversidade (por exemplo, em número de espécies ou na sua composição).

2.2. Zonas/amostras

O plano de monitorização pode incluir informações pormenorizadas sobre o local onde será efectuada a monitorização e a zona abrangida, podendo estabelecer-se a nível do território dos Estados-Membros, de regiões geográficas, sítios específicos, parcelas de terreno ou quaisquer outras zonas consideradas apropriadas.

Devem ser identificadas as zonas e/ou amostras a monitorizar no que respeita aos eventuais efeitos decorrentes da colocação de um OGM no mercado, incluindo as zonas e/ou amostras para fins de referência ou controlo. Para que as conclusões a extrair sejam proveitosas, as zonas e/ou amostras de referência ou controlo devem ser suficientemente representativas em termos de ambiente e condições de utilização. Além disso, a metodologia de colheita de amostras deve ser científica e estatisticamente sólida. Nestas condições, os dados obtidos poderão proporcionar informações importantes sobre a variação dos indicadores, o que aumentará a eficácia da detecção de efeitos.

Na escolha das zonas a monitorizar no que respeita, por exemplo, a uma espécie de cultura geneticamente modificada, podem ser consideradas as características dessa espécie (inerentes e modificadas), bem como a sua reprodução e disseminação e os tipos de ecossistemas susceptíveis de serem afectados, para a determinação dos habitats seleccionados para monitorização. Entre as zonas a monitorizar podem incluir-se parcelas agrícolas seleccionadas, nas quais a cultura seja desenvolvida para fins comerciais, e habitats circundantes.

Pode também ser necessário alargar a monitorização/vigilância às zonas cultivadas e não cultivadas, adjacentes ou próximas, às zonas sob vigilância pós-colheita para detectar plantas espontâneas e às zonas protegidas. Alguns tipos de habitats, como zonas que tenham sofrido perturbações e comunidades vegetais com grande variedade de espécies, são mais vulneráveis à invasão do que outros. As zonas «perturbadas» com vegetação rasteira e muito abundantes em ervas e relva são particularmente adequadas para a monitorização. Em primeiro lugar, estas zonas existem um pouco por todo o lado e encontram-se, muitas vezes, próximo de zonas agrícolas de cultivo intensivo. Em segundo lugar, essas zonas situam-se tipicamente à beira de estradas, em valas e nas margens dos campos, onde a perda acidental ou a dispersão de sementes é mais provável numa primeira fase.

Pode igualmente ser considerada a monitorização destinada a detectar a possibilidade de transferência de material genético para culturas orgânicas e convencionais sexualmente compatíveis. Para isso, será necessário avaliar em que medida essas culturas são praticadas em zonas adjacentes ou próximas.

2.3. Inspecções

O plano de monitorização deve indicar a frequência provável das inspecções. Pode incluir-se um calendário que indique as datas e o número de visitas previstas a um sítio. Nesta matéria, como referido nas secções 1.5 e 2.2, é importante considerar a altura em que a ocorrência de potenciais efeitos adversos é mais provável, bem como a(s) zona(s) a monitorizar.

2.4. Selecção das amostras e análises

A metodologia para monitorizar posteriormente estes parâmetros/elementos deve também ser claramente identificada e explicada, incluindo as técnicas de selecção das amostras e de análise. Deve seguir-se, sempre que apropriado, a metodologia comum, fornecida, por exemplo, pelas normas europeias do CEN e os métodos da OCDE para monitorizar organismos no ambiente, e referir-se a fonte da metodologia. Os métodos utilizados na monitorização devem ser cientificamente sólidos e válidos nas condições experimentais em que vão ser aplicados; por conseguinte, há que considerar as características dos métodos, como a selectividade, a especificidade, a reprodutibilidade, as eventuais limitações, os limites de detecção e a disponibilidade de controlos adequados.

O plano de monitorização deve igualmente indicar a forma prevista de actualização da metodologia, se for caso disso, de acordo com a abordagem/estratégia de monitorização seleccionada.

Poderá igualmente utilizar-se a análise estatística na concepção da metodologia adequada para a selecção de amostras e os ensaios, para determinar as dimensões óptimas das amostras e os períodos mínimos de monitorização para alcançar o nível estatístico de detecção de efeitos requerido.

2.5. Recolha e compilação dos dados

O plano de monitorização deve, tanto para a monitorização específica como para a vigilância geral, indicar de que modo, por quem e com que frequência os dados vão ser recolhidos e compilados. Esses elementos podem ser particularmente importantes nos casos em que se empregam ou contratam terceiros para a recolha dos dados. Como meio de garantir a coerência, os notificadores podem ter que prever mecanismos, modelos e protocolos normalizados para a recolha e o registo dos dados. Por exemplo, poderão prever-se folhas de registo normalizadas ou a introdução ou o registo directos dos dados em folhas de cálculo através de computadores portáteis. O notificador pode igualmente ter que descrever o modo como os dados serão compilados e, elemento importante, o modo como as informações serão obtidas de terceiros, como consultores ou utilizadores.

Devem também indicar-se os prazos e a periodicidade dos relatórios que apresentarão pormenorizadamente os resultados da monitorização.

3. Análise, relatório, revisão

O plano de monitorização deve indicar a frequência com que os dados serão revistos e discutidos no quadro de uma análise geral.

3.1. Avaliação

A avaliação dos dados deve, sempre que apropriado, incluir a análise estatística com valores de erro tipo adequados, para que as decisões subsequentes possam ser tomadas numa base sólida. Entre elas incluem-se as decisões quanto à correcção das conclusões da avaliação dos riscos. Nesta matéria, é também extremamente importante, para a correcção das avaliações, dispor de bases de referência e/ou controlos adequados relativos ao estado do meio receptor. A análise estatística deverá igualmente fornecer informações quanto ao tipo de metodologia (incluindo selecção de amostras e ensaios) mais adequado.

A avaliação dos resultados da monitorização e dos inquéritos pode revelar a necessidade de se monitorizarem outros parâmetros no âmbito do programa. Podem igualmente ter que ser examinadas as respostas adequadas a dar às conclusões preliminares, nomeadamente nos casos em que se sugerem potenciais impactos negativos sobre habitats e grupos de organismos vulneráveis.

Os dados recolhidos através da monitorização poderão ter que ser interpretados à luz de outras condições e actividades ambientais existentes. Sempre que forem observadas alterações ambientais, deverá ser aprofundada a análise com vista a determinar se tais alterações são consequência do OGM ou respectiva utilização, ou se resultam de factores ambientais alheios à colocação do OGM no mercado. A este respeito, pode ser necessário reavaliar as bases de referência utilizadas para a comparação.

O plano de monitorização deve ser estruturado de modo a que os resultados quer da monitorização específica, quer da vigilância geral, quer ainda de investigação suplementar, possam ser claramente utilizados no processo de decisão relativo à renovação da aprovação dos produtos.

3.2. Apresentação de relatórios

No seguimento da colocação no mercado de um OGM, o notificador tem, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da directiva, a obrigação jurídica de assegurar que a monitorização e o consequente relatório sejam efectuados de acordo com as condições estabelecidas na autorização. Os relatórios dessa monitorização devem ser apresentados à Comissão e às autoridades competentes dos Estados-Membros, embora não esteja estabelecido qualquer prazo para a sua apresentação. Estas informações devem também ser tornadas públicas, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 20.º da directiva. Neste contexto, os notificadores devem descrever, no plano de monitorização, as condições relativas aos relatórios.

Além disso, o plano de monitorização deve igualmente indicar como serão facultadas ao titular da autorização e à autoridade competente as informações pertinentes obtidas através das práticas de vigilância estabelecidas ou de rotina.

Os notificadores/titulares da autorização devem garantir a transparência dos resultados e das medidas dos programas de monitorização e o plano de monitorização deve indicar o modo como as informações obtidas são comunicadas/publicadas. Para esse efeito, podem utilizar-se, por exemplo:

- fichas de informação destinadas aos utilizadores e outros interessados,
- reuniões para apresentação e troca de informações com os interessados,
- documentos arquivados nas empresas,
- inclusão nos sítios *web* das empresas,
- publicação das informações em publicações do sector e científicas.

O disposto no artigo 20.º da directiva refere-se também aos relatórios. Nos termos do n.º 2 do artigo 20.º, se surgirem novas informações sobre riscos fornecidas por utilizadores ou outras fontes, o notificador deve tomar de imediato as medidas necessárias para proteger a saúde humana e o ambiente e comunicá-las à autoridade competente.

Além disto, o notificador deve também proceder à revisão das informações e das condições especificadas na notificação.

3.3. Revisão e adaptação

Os planos de monitorização não devem ser considerados estáticos. É fundamental que o plano de monitorização e respectiva metodologia sejam revistos com a periodicidade apropriada, actualizados ou, se necessário, adaptados.

Com base nos relatórios apresentados pelos notificadores, em conformidade com a autorização e com o plano de monitorização nela especificado, a autoridade competente que recebeu a notificação inicial pode, como indicado no n.º 1 do artigo 20.º, adaptar o plano de monitorização após o primeiro período de monitorização. No entanto, a execução do plano de monitorização revisto é, uma vez mais, da responsabilidade do notificador.

Nas revisões deve ser examinada a eficácia das medições e da recolha dos dados, incluindo a amostragem e a análise. A revisão deve igualmente examinar se as medidas de monitorização são eficazes na resposta às conclusões e às eventuais questões suscitadas pelas avaliações dos riscos.

Por exemplo, caso se utilizem modelos específicos para efeitos de previsão, pode ser efectuada uma validação baseada nos dados recolhidos e na sua subsequente apreciação. Do mesmo modo, devem igualmente ter-se em conta, conforme apropriado, os novos desenvolvimentos e os progressos a nível das técnicas de amostragem e de análise.

Na sequência dessas revisões, pode ser necessário ajustar os métodos, os objectivos da monitorização e o programa de monitorização, adaptando-os ou aperfeiçoando-os conforme for adequado.

DECISÃO DO CONSELHO**de 3 de Outubro de 2002****que estabelece, nos termos da Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, o modelo de resumo das notificações relativas à colocação no mercado de organismos geneticamente modificados enquanto produtos ou componentes de produtos**

(2002/812/CE)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Março de 2001, relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados e que revoga a Directiva 90/220/CEE do Conselho ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 2, alínea h), do seu artigo 13.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos da parte C da Directiva 2001/18/CE, a autoridade nacional competente do Estado-Membro, no qual se prevê a colocação no mercado de um organismo geneticamente modificado (a seguir designado por «OGM»), ou de uma combinação de OGM, deverá ser previamente notificada da colocação no mercado.
- (2) Essa notificação compreende, nomeadamente, um resumo do respectivo *dossier*, que a autoridade competente deverá enviar às autoridades competentes dos outros Estados-Membros e à Comissão, e que a Comissão deverá colocar imediatamente à disposição do público. Esse resumo deverá ser elaborado de acordo com um modelo específico.
- (3) O modelo previsto para o efeito deverá possibilitar o intercâmbio do maior número possível de informações, apresentadas de forma clara e normalizada, sem prejuízo

do facto de a informação assim prestada não poder servir de base para uma avaliação dos riscos ambientais.

- (4) O comité instituído em conformidade com o n.º 2 do artigo 30.º da Directiva 2001/18/CE foi consultado em 12 de Junho de 2002 e não emitiu parecer sobre a proposta de decisão da Comissão,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

*Artigo 1.º*Para efeitos da elaboração do resumo do *dossier* a apresentar às autoridades nacionais competentes nos termos do n.º 2, alínea h), do artigo 13.º da Directiva 2001/18/CE, o notificador deve utilizar o modelo de resumo constante do anexo à presente decisão.*Artigo 2.º*

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito no Luxemburgo, em 3 de Outubro de 2002.

*Pelo Conselho**O Presidente*

F. HANSEN

⁽¹⁾ JO L 106 de 17.4.2001, p. 1.

ANEXO

MODELO DE RESUMO RELATIVO À COLOCAÇÃO NO MERCADO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGM) OU DE UMA COMBINAÇÃO DE OGM ENQUANTO PRODUTOS OU COMPONENTES DE PRODUTOS**INTRODUÇÃO**

O modelo em anexo deverá ser utilizado para elaborar a síntese do *dossier* que deve acompanhar a notificação a submeter às autoridades nacionais competentes em caso de colocação no mercado de OGM ou de uma combinação de OGM enquanto produtos ou componentes de produtos.

Depois de preenchido, este documento consistirá num resumo das informações prestadas relativamente a cada um dos capítulos correspondentes do *dossier* completo. Chama-se, por conseguinte, a atenção para o facto de a avaliação dos riscos prevista na Directiva 2001/18/CE não poder ser efectuada apenas com base neste documento.

O espaço deixado em branco entre cada pergunta não é indicativo do grau de pormenor das informações exigidas para efeitos do resumo de notificação.

O modelo de resumo de notificação encontra-se dividido nas partes 1 e 2.

A parte 1 diz respeito aos produtos que consistem em ou contêm organismos geneticamente modificados, com excepção das plantas superiores, e é composta pelos capítulos seguintes:

- A Informações de carácter geral
- B Natureza dos OGM contidos no produto
- C Comportamento previsível do produto
- D Informações relativas às libertações anteriores
- E Informações relativas ao plano de monitorização

A parte 2 aplica-se aos produtos que consistem em ou contêm plantas superiores geneticamente modificadas. Por «plantas superiores» entende-se as plantas pertencentes ao grupo taxonómico das gimnospérmicas e angiospérmicas. A parte 2 é composta pelos capítulos seguintes:

- A Informações de carácter geral
- B Natureza das PSGM contidas no produto
- C Informações relativas às libertações anteriores
- D Informações relativas ao plano de monitorização

PARTE 1

MODELO DE RESUMO DE NOTIFICAÇÃO DE PRODUTOS CONTENDO ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS, COM EXCEÇÃO DAS PLANTAS SUPERIORES**A. Informações de carácter geral**1. *Dados relativos à notificação*

a) Estado-Membro da notificação:
b) Número da notificação:
c) Denominação do produto (comercial e outras designações):
d) Data de recepção da notificação:

2. *Notificador/Produtor/Importador*

a) Nome do notificador:		
b) Endereço do notificador:		
c) O notificador é um:	Produtor nacional	☐
	Importador	☐
d) Em caso de importação:		
i) Nome do produtor:		
ii) Endereço do produtor:		

3. *Caracterização dos OGM contidos no produto*

Indicar o nome e a natureza de cada um dos tipos de OGM contidos no produto:
--

4. *Descrição genérica do produto*

a) Tipo de produto:
b) Composição do produto:
c) Especificidade do produto:
d) Tipos de utilizadores:

e) Condições especiais de utilização e manipulação sugeridas como condição da autorização solicitada:
f) Quando aplicável, zonas geográficas da UE a que o produto deverá ficar confinado nos termos da autorização solicitada:
g) Qualquer tipo de ambiente para o qual o produto é inadequado:
h) Procura anual potencial estimada: i) Na Comunidade: ii) Nos mercados de exportação dos produtos da CE:
i) Código de identificação único do(s) OGM(s):

5. A combinação de OGM contidos no produto foi objecto de notificação nos termos da parte B da Directiva 2001/18/CE, pelo mesmo notificador?

Sim ☐	Não ☐
i) Em caso <i>afirmativo</i> , indicar o Estado-Membro e o número da notificação:	
ii) Em caso <i>negativo</i> , mencionar os dados constantes da análise dos riscos com base nos elementos da parte B da Directiva 2001/18/CE:	

6. O produto está a ser simultaneamente notificado noutro Estado-Membro da Comunidade, pelo mesmo notificador?

Sim ☐	Não ☐
Em caso <i>afirmativo</i> , especificar:	

7. Foi colocado no mercado da CE, por outro notificador, outro produto com uma combinação idêntica de OGM?

Sim ☐	Não ☐	Não sabe ☐
Em caso <i>afirmativo</i> , especificar:		

8. *Resumo das informações obtidas sobre as libertações dos mesmos OGM ou das mesmas combinações de OGM anterior ou actualmente efectuadas em condições representativas dos diferentes ambientes em que será possível utilizar OGM*

9. *Especificar as instruções e/ou recomendações relativas ao armazenamento e à manipulação, incluindo quaisquer restrições obrigatórias propostas como condição da autorização solicitada*

10. *Embalagem proposta*

11. *Quaisquer requisitos em matéria de embalagem, para além dos que são impostos por lei*

12. *Sugestões do notificador quanto às medidas a adoptar em caso de libertação acidental ou de utilização incorrecta*

13. *Medidas relativas à eliminação e tratamento dos resíduos (quando aplicável)*

B. Natureza dos OGM contidos no produto

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO(S) ORGANISMO(S) RECEPTOR(ES) OU PARENTAL(AIS) DE ONDE PROVÉM O OGM

14. *Denominação científica e designações comuns*

--

15. *Características fenotípicas e genéticas*

--

16. *Distribuição geográfica e habitat natural do organismo*

--

17. *Estabilidade genética do organismo e factores destabilizadores*

--

18. *Potencial de transferência e de intercâmbio genético com outros organismos e consequências prováveis da transferência genética*

--

19. *Informações sobre a reprodução e factores que a afectam*

--

20. *Informações sobre a sobrevivência e factores que a afectam*

--

21. *Modos de disseminação e factores que a afectam*

--

22. *Interacções com o ambiente*

--

23. a) *Técnicas de detecção*

--

23. b) *Técnicas de identificação*

--

24. *Classificação em conformidade com as normas comunitárias em vigor relativas à protecção da saúde humana e/ou do ambiente*

--

25. a) Características patogénicas

--

25. b) Outras características nocivas dos organismos, vivos ou mortos, incluindo os seus produtos extracelulares

--

26. *Natureza e descrição dos elementos genéticos extracromossómicos conhecidos*

--

27. *Síntese da história conhecida das modificações genéticas anteriores*

--

INFORMAÇÕES RELATIVAS À MODIFICAÇÃO GENÉTICA

28. *Métodos utilizados para a modificação genética*

--

29. *Características do vector*a) *Natureza e origem do vector:*

--

b) Descrição da construção do vector:
c) Mapa genético e/ou mapa de restrição do vector:
d) Dados relativos à sequência:
e) Dados que indiquem em que medida o vector apresenta sequências cujo produto ou função são desconhecidos:
f) Capacidades de transferência genética do vector:
g) Frequência de mobilização do vector:
h) Parte do vector que permanece no OGM:

30. *Informações relativas à inserção*

a) Métodos utilizados para construir a inserção:
--

b) Locais de restrição:
c) Sequência da inserção:
d) Origem e função dos constituintes da inserção no OGM:
e) Dados que indiquem em que medida a inserção se restringe à função requerida:
f) Localização da inserção no OGM:

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO(S) ORGANISMO(S) DE QUE PROVÉM A INSERÇÃO (DADOR)

31. *Denominação científica e outras*

--

32. *Indicar se o organismo dador tem características patogénicas ou nocivas; se for o caso, indique a natureza destas características*

--

33. *Se o organismo dador apresentar características patogénicas ou nocivas, indicar em que medida as sequências doadas estão de alguma forma implicadas*

34. *Classificação em conformidade com as normas comunitárias em vigor relativas à protecção da saúde humana e do ambiente*

35. *Indique se é possível ou se já foi observado o intercâmbio natural de material genético entre o(s) dador(es) e o organismo receptor*

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO(S) OGM CONTIDO(S) NO PRODUTO

36. *Descrição dos traços genéticos ou das características fenotípicas, no caso de serem diferentes dos traços ou características do(s) organismo(s) receptor(es) ou parental(ais)*

37. *Estabilidade genética do OGM, quando diferente da do(s) organismo(s) receptor(es) ou parental(ais)*

38. *Taxa e nível de expressão do material genético novo*

39. *Actividade das proteínas expressas*

--

40.a) Descrição das técnicas de detecção dos OGM no ambiente, quando diferentes da(s) aplicadas ao(s) organismo(s) receptor(es) ou parental(ais)

--

40.b) Descrição das técnicas de identificação utilizadas para distinguir os OGM do organismo receptor ou parental

--

41. *Considerações de ordem sanitária*

a) Efeitos tóxicos ou alergénicos dos OGM e/ou dos seus produtos metabólicos, caso sejam significativamente diferentes dos apresentados pelo organismo receptor/parental:
b) Riscos apresentados pelo produto, caso sejam significativos:
c) Comparação do OGM com o organismo dador, receptor ou parental no se refere à patogenicidade, se significativamente diferente:
d) Capacidade de colonização, caso seja significativamente diferente da do(s) organismo(s) receptor(es) ou parental(ais):
e) Se o organismo for mais patogénico que os organismos receptores ou parentais para os seres humanos com capacidade imunitária, prestar as informações especificadas no ponto II.C.2. i) iv) do anexo III A:

INTERACÇÕES ENTRE OS OGM E O AMBIENTE

42. *Capacidade de sobrevivência, multiplicação e disseminação dos OGM no ambiente, quando diferente da do(s) organismo(s) receptor(es) ou parental(ais)*

43. *Impactos ambientais dos OGM, caso sejam diferentes dos do organismo receptor ou parental*

- C. **Comportamento previsível do produto, caso seja diferente do comportamento do(s) organismo(s) receptor(es) ou parental(ais)**

IMPACTO AMBIENTAL DO PRODUTO

EFEITOS DO PRODUTO NA SAÚDE HUMANA, CASO SEJAM DIFERENTES DOS EFEITOS DO(S) ORGANISMO(S) RECEPTOR(ES) OU PARENTAL(AIS)

- D. **INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS LIBERTAÇÕES ANTERIORES**

HISTORIAL DAS LIBERTAÇÕES ANTERIORES NOTIFICADAS NOS TERMOS DA PARTE B DA DIRECTIVA (QUANDO APLICÁVEL)

1. *Número da notificação*

2. *Local de libertação*

3. *Objectivo da libertação*

4. *Duração da libertação*

5. *Duração da monitorização pós-libertação*

6. *Objectivo da monitorização pós-libertação*

7. *Conclusões da monitorização pós-libertação*

8. *Resultados da libertação no que se refere aos riscos para a saúde humana e o ambiente nos termos do artigo 8.º da Directiva 90/220/CEE ou do artigo 10.º da Directiva 2001/18/CE*

HISTORIAL DAS LIBERTAÇÕES ANTERIORES EFECTUADAS DENTRO OU FORA DO TERRITÓRIO COMUNITÁRIO

1. *País onde ocorreu a libertação*

2. *Autoridade que supervisionou a libertação*

3. *Local de libertação*

4. *Objectivo da libertação*

5. *Duração da monitorização pós-libertação*

6. *Objectivo da monitorização pós-libertação*

--

7. *Conclusões da monitorização pós-libertação*

--

8. *Resultados da libertação no que se refere aos riscos para a saúde humana e o ambiente*

--

HISTORIAL DOS TRABALHOS ANTERIORES RELEVANTES EM MATÉRIA DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS REALIZADOS PREVIAMENTE À COMERCIALIZAÇÃO

--

E. **Informações relativas ao plano de emergência — traços, características e dúvidas relativamente aos OGM ou à sua interação com o ambiente a considerar no plano de monitorização pós-comercialização**

--

PARTE 2

MODELO DE RESUMO DE NOTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS QUE CONTÊM PLANTAS SUPERIORES GENETICAMENTE MODIFICADAS (PSGM)**A. Informações de carácter geral**1. *Dados relativos à notificação*

a) Estado-Membro da notificação:
b) Número da notificação:
c) Denominação do produto (comercial e outras designações):
d) Data de recepção da notificação:

2. *Notificador*

a) Nome do notificador:
b) Endereço do notificador:
c) O notificador é um: Produtor nacional ☐ Importador ☐
d) Em caso de importação, indicar o nome e endereço do produtor:

3. *Descrição genérica do produto*

a) Nome da planta receptora ou parental e função pretendida pela modificação genética:
b) Qualquer forma específica sob a qual o produto não poderá ser colocado no mercado (sementes, flores cortadas, partes vegetativas, etc.) proposta como condição da autorização solicitada:
c) Utilização prevista do produto e tipos de utilizadores:
d) Instruções e/ou recomendações especiais em matéria de utilização, armazenamento e manipulação, incluindo quaisquer restrições obrigatórias propostas como condição da autorização solicitada:
e) Quando aplicável, zonas geográficas da UE a que o produto deverá ficar confinado nos termos da autorização solicitada:
f) Qualquer tipo de ambiente para o qual o produto é inadequado:
g) Quaisquer exigências em matéria de embalagem proposta:

h) Quaisquer exigências relativas à rotulagem proposta, para além das que são impostas por lei:
i) Procura potencial estimada: i) na Comunidade: ii) nos mercados de exportação dos produtos da CE:
j) Código de identificação único do(s) OGM(s):

4. A PSGM a que é feita referência neste produto foi notificada nos termos da parte B da Directiva 2001/18/CE e/ou da Directiva 90/220/CEE?

Sim ☐	Não ☐
i) Em caso negativo, mencionar os dados constantes da análise dos riscos com base nos elementos da parte B da Directiva 2001/18/CE:	

5. O produto está a ser simultaneamente notificado noutro Estado-Membro?

Sim ☐	Não ☐
i) Em caso negativo, mencionar os dados constantes da análise dos riscos com base nos elementos da parte B da Directiva 2001/18/CE:	

ou

O produto foi ou está a ser notificado num país terceiro?

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo, especificar:	

6. Esta mesma PSGM já havia sido anteriormente notificada para colocação no mercado comunitário?

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo, indicar o número da notificação e o Estado-Membro:	

7. *Sugestões do notificador quanto às medidas a adoptar em caso de libertação acidental ou de utilização incorrecta e às medidas previstas em matéria de eliminação e tratamento*

--

B. Natureza das PSGM contidas no produto

INFORMAÇÕES RELATIVAS À PLANTA RECEPTORA OU (QUANDO APLICÁVEL) PARENTAL

8. *Nome completo*

a) Família:
b) Género:
c) Espécie:
d) Subespécie:
e) Cultivar/linhagem:
f) Designação comum:

9. a) *Informações relativas à reprodução*

i) Modo(s) de reprodução:
ii) Factores específicos que afectam a reprodução, quando aplicável:
iii) Tempo de geração:

9.b) Compatibilidade sexual com outras espécies de plantas cultivadas ou silvestres

--

10. Capacidade de sobrevivência

a) Capacidade para formar estruturas de sobrevivência ou dormência:
b) Factores específicos que afectam a capacidade de sobrevivência, quando aplicável:

11. Disseminação

a) Formas e extensão da disseminação:
b) Factores específicos que afectam a disseminação, quando aplicável:

12. Distribuição geográfica da planta

--

13. No caso das espécies de plantas que não sejam normalmente cultivadas nos Estados-Membros, descrição do seu habitat natural, incluindo informação sobre os seus predadores, parasitas, concorrentes e simbioses naturais

--

14. Interações eventualmente significativas da planta com outros organismos presentes no ecossistema onde é por norma cultivada, incluindo informação sobre os seus efeitos tóxicos nos seres humanos, animais e outros organismos

--

15. *Características fenotípicas e genéticas*

--

INFORMAÇÕES RELATIVAS À MODIFICAÇÃO GENÉTICA

16. *Descrição dos métodos utilizados para a modificação genética*

--

17. *Natureza e origem do vector utilizado*

--

18. *Dimensão, fonte [nome(s) do(s) organismo(s) dador(es)] e função pretendida de cada fragmento constitutivo da região que se pretende inserir*

--

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS PSGM

19. *Descrição do(s) traço(s) e características introduzidos ou modificados*

--

20. *Informação sobre as sequências efectivamente inseridas/eliminadas/modificadas*

a) Dimensão e estrutura da sequência inserida e métodos utilizados na sua caracterização, incluindo informação sobre quaisquer partes do vector introduzido na PSGM ou sobre qualquer vector de DNA alienígena residualmente presente na PSGM:
b) Em caso de deleção, dimensão e função da(s) região(ões) suprimida(s):

c) Localização da sequência inserida nas células da planta (integrada nos cromossomas, cloroplastos, mitocôndrias ou mantida sob uma forma não integrada) e métodos utilizados na sua determinação:
d) Número da cópia e estabilidade genética da inserção:
e) Em caso de modificação, com excepção da inserção ou deleção, descrever a função do material genético modificado, prévia e posteriormente à modificação, bem como as mudanças directas verificadas na expressão dos genes resultantes da modificação:

21. *Informações relativas à expressão da sequência inserida*

a) Informações relativas à expressão da sequência inserida e métodos utilizados para a sua caracterização:
b) Partes da planta onde a sequência inserida se exprime (por exemplo, raízes, caule, pólen, etc.):

22. *Informações relativas às diferenças existentes entre a PSGM e a planta receptora*

a) Modo(s) e/ou taxa de reprodução:
b) Disseminação:
c) Capacidade de sobrevivência:
d) Outras diferenças:

23. *Potencial de transferência de material genético da PSGM para outros organismos*

24. *Informações sobre quaisquer efeitos tóxicos ou prejudiciais para a saúde humana e o ambiente resultantes da modificação genética*

25. *Informações sobre a segurança da PSGM do ponto de vista da saúde animal, quando essa PSGM se destina a ser utilizada em alimentos para animais, caso seja diferente da do(s) organismo(s) receptor(es)/parental(ais)*

26. *Mecanismo de interação entre a PSGM e os organismos-alvo (quando aplicável), caso seja diferente do(s) organismo(s) receptor(es)/parental(ais)*

27. *Interações potencialmente significativas com organismos não alvo, caso sejam diferentes das dos organismos receptores ou parentais*

28. *Descrição das técnicas de detecção e identificação utilizadas para distinguir as PSGM dos organismos receptores ou parentais*

--

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS EVENTUAIS IMPACTOS AMBIENTAIS RESULTANTES DA LIBERTAÇÃO DE PSGM

29. *Impacto ambiental potencial da libertação ou colocação no mercado dos OGM (anexo II, D2 da Directiva 2001/18/CE), caso seja diferente do impacto da libertação ou colocação no mercado do(s) organismo(s) receptor(es) ou parental(ais)*

--

30. *Impacto ambiental potencial da interacção entre a PSGM e os organismos-alvo (quando aplicável), caso seja diferente do do(s) organismo(s) receptor(es) ou parental(ais)*

--

31. *Impacto ambiental potencial resultante de eventuais interacções com organismos não alvo, caso seja diferente do impacto do(s) organismo(s) receptor(es) ou parental(ais)*

a) Efeitos na biodiversidade na zona de cultivo:
b) Efeitos na biodiversidade noutros habitats:
c) Efeitos nos polinizadores:
d) Efeitos nas espécies ameaçadas:

C. Informações relativas às libertações anteriores

32. *Historial das libertações anteriores notificadas nos termos da parte B da Directiva 2001/18/CE e da parte B da Directiva 90/220/CEE pelo mesmo notificador*

a) Número da notificação:
b) Conclusões da monitorização pós-libertação:
c) Resultados da libertação no que se refere aos riscos para a saúde humana e o ambiente (apresentados à autoridade competente nos termos do artigo 10.º da Directiva 2001/18/CE):

33. *Historial das libertações anteriores efectuadas dentro ou fora do território comunitário, pelo mesmo notificador*

a) País onde ocorreu a libertação:
b) Autoridade que supervisionou a libertação:
c) Local de libertação:
d) Objectivo da libertação:
e) Duração da libertação:
f) Objectivo da monitorização pós-libertação:
g) Duração da monitorização pós-libertação:

h) Conclusões da monitorização pós-libertação:

i) Resultados da libertação no que se refere aos riscos para a saúde humana e o ambiente:

D. **Informações relativas ao plano de emergência — traços, características e dúvidas relativamente aos OGM ou à sua interação com o ambiente a considerar no plano de monitorização pós-comercialização**

DECISÃO DO CONSELHO
de 3 de Outubro de 2002

que estabelece, nos termos da Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, o modelo de resumo das notificações relativas à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados para outros fins que não a colocação no mercado

(2002/813/CE)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Março de 2001, relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados, e que revoga a Directiva 90/220/CEE ⁽¹⁾ e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 11.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos da parte B da Directiva 2001/18/CE, a autoridade nacional competente do Estado-Membro em cujo território se prevê proceder à libertação deliberada de um organismo geneticamente modificado (a seguir designado por «OGM»), ou de uma combinação de OGM, para outros fins que não a colocação no mercado deverá ser previamente notificada da libertação.
- (2) De acordo com o mecanismo estabelecido pela Directiva 2001/18/CE para o intercâmbio de informações entre as autoridades competentes e a Comissão, as autoridades competentes notificadas deverão enviar à Comissão um resumo dessas notificações, segundo um modelo específico. Em seguida, a Comissão deverá transmitir cópias desse resumo aos restantes Estados-Membros.
- (3) O modelo previsto para o efeito deverá possibilitar o intercâmbio do maior número possível de informações, apresentadas de forma clara e normalizada, sem prejuízo

do facto de a informação assim prestada não poder servir de base para uma avaliação dos riscos ambientais.

- (4) O comité criado nos termos do n.º 2 do artigo 30.º da Directiva 2001/18/CE foi consultado em 12 de Junho de 2002 e não emitiu parecer sobre a proposta de decisão da Comissão,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

Para enviar à Comissão o resumo das notificações recebidas em conformidade com o artigo 6.º da Directiva 2001/18/CE, as autoridades competentes designadas pelos Estados-Membros nos termos dessa directiva deverão utilizar o modelo de resumo de notificação constante do anexo à presente decisão.

Artigo 2.º

Os Estados-Membros são destinatários da presente decisão.

Feito no Luxemburgo, em 3 de Outubro de 2002.

Pelo Conselho

O Presidente

F. HANSEN

⁽¹⁾ JO L 106 de 17.4.2001, p. 1.

ANEXO

MODELO DE RESUMO DE NOTIFICAÇÃO DA LIBERTAÇÃO DELIBERADA DE UM ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO (OGM), OU DE UMA COMBINAÇÃO DE OGM, PARA OUTROS FINS QUE NÃO A COLOCAÇÃO NO MERCADO**INTRODUÇÃO**

O modelo de resumo de notificação a apresentar em caso de libertação deliberada de um OGM, ou de uma combinação de OGM, foi elaborado de acordo com os objectivos e procedimentos previstos no artigo 11.º da Directiva 2001/18/CE.

Note-se que este modelo não foi concebido para acolher toda a informação requerida para a realização de uma avaliação dos riscos ambientais.

O espaço em branco entre cada pergunta não é indicativo do grau de pormenor exigido para efeitos do resumo da notificação.

Este modelo de resumo de notificação é composto pelas partes 1 e 2.

A parte 1 aplica-se aos produtos que consistem em ou contêm organismos geneticamente modificados, com excepção das plantas superiores, e é composta pelos seguintes capítulos:

- A Informações de carácter geral
- B Informações relativas aos organismos receptores ou parentais de onde provém o OGM
- C Informações relativas à modificação genética
- D Informações relativas ao(s) organismo(s) de onde provém a inserção (dador)
- E Informações relativas ao organismo geneticamente modificado
- F Informações relativas à libertação
- G Interações dos OGM com o ambiente e potencial impacto ambiental
- H Informações relativas à monitorização
- I Informações relativas ao período pós-libertação e ao tratamento de resíduos
- J Informações relativas aos planos de emergência

No que se refere à parte 1, a informação prestada deverá, contudo, reflectir adequadamente (de forma condensada) a informação apresentada às autoridades competentes nos termos dos artigos 6.º e 7.º da Directiva 2001/18/CE, nas condições especificadas no prefácio do anexo III A.

A parte 2 aplica-se aos produtos que consistem em ou contêm plantas superiores geneticamente modificadas (PSGM). Por «plantas superiores», entende-se as plantas pertencentes ao grupo taxionómico das gimnospérmicas e angiospérmicas. A parte 2 é composta pelos seguintes capítulos:

- A Informações de carácter geral
- B Informações relativas à planta geneticamente modificada
- C Informações relativas à libertação experimental
- D Resumo do potencial impacto ambiental decorrente da libertação de PSGM
- E Breve descrição das eventuais medidas tomadas pelo notificador para o controlo dos riscos
- F Resumo dos ensaios previstos no terreno para obtenção de dados novos sobre o impacto da libertação na saúde humana e no ambiente

No que se refere à parte 2, a informação prestada deverá, contudo, reflectir adequadamente (de forma condensada) a informação apresentada às autoridades competentes nos termos dos artigos 6.º e 7.º da Directiva 2001/18/CE, nas condições especificadas no prefácio do anexo III B.

PARTE 1

MODELO DE RESUMO DE NOTIFICAÇÃO DA LIBERTAÇÃO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS, COM EXCEPÇÃO DAS PLANTAS SUPERIORES EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 11.º DA DIRECTIVA 2001/18/CE

A. Informações de carácter geral1. *Dados relativos à notificação*

a) Estado-Membro da notificação:
b) Número da notificação:
c) Data de recepção da notificação:
d) Título do projecto:
e) Período de libertação proposto:

2. *Notificador*

Denominação da instituição ou empresa:
--

3. *Caracterização do OGM*

a) Indicar se o OGM é um(a):	Vírus	☐
	Vírus com ARN	☐
	Vírus com ADN	☐
	Bactéria	☐
	Fungo	☐
	Animal	☐
	— Mamífero	☐
	— Insecto	☐
	— Peixe	☐
	— Outro animal	☐ Especificar o filo, a classe:
Outro, especificar (reino, filo e classe):		
b) Identificar o OGM (género e espécie):		
c) Estabilidade genética, em conformidade com o ponto II.A.10 do anexo III A:		

4. *Prevê-se a libertação desse mesmo OGM noutra local da Comunidade (em conformidade com o n.º 1 do artigo 6.º), pelo mesmo notificador?*

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo, indicar o(s) código(s) do(s) país(es):	

5. *A libertação desse OGM já foi objecto de notificação noutra local da Comunidade pelo mesmo notificador?*

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo: — Estado-Membro da notificação: — Número da notificação:	

6. *Esse OGM já foi objecto de notificação para libertação ou colocação no mercado fora da Comunidade, pelo mesmo ou por outro notificador?*

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo: — Estado-Membro da notificação: — Número da notificação:	

7. *Resumo do potencial impacto ambiental da libertação de OGM*

B. Informações relativas aos organismos receptores ou parentais de onde provém o OGM

1. *Caracterização do organismo receptor ou parental*

a) Indicar se o organismo receptor ou parental é um(a):

Vírus

Vírus com ARN

Vírus com ADN

Bactéria

Fungo

Animal

— Mamífero

— Insecto

— Peixe

— Outro animal Especificar o filo, a classe:

Outro, especificar:

2. Nome

i) Ordem e/ou taxon superior (no caso dos animais):
ii) Género:
iii) Espécie:
iv) Subespécie:
v) Estirpe:
vi) Patovar (biótipo, ecotipo, raça, etc.):
vii) Designação comum:

3. Distribuição geográfica do organismo

a) Nativo ou estabelecido no país onde foi apresentada a notificação: Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐
b) Nativo ou estabelecido noutros países comunitários: i) Sim ☐ Em caso afirmativo, indicar o tipo de ecossistema onde pode ser encontrado: Atlântico ☐ Mediterrâneo ☐ Boreal ☐ Alpino ☐ Continental ☐ Macaronésio ☐ ii) Não ☐ iii) Não sabe ☐
c) O OGM é frequentemente utilizado no país em que é objecto de notificação? Sim ☐ Não ☐
d) O OGM é frequentemente conservado no país em que é objecto de notificação? Sim ☐ Não ☐

4. *Habitat natural do organismo*

a) No caso dos microrganismos:	
Água	☐
Solo, de forma autónoma	☐
Solo, associado a sistemas radiculares de plantas	☐
Associado a sistemas foliares/caulinares de plantas	☐
Associado a animais	☐
Outro, especificar:	
b) Se o organismo for um animal, qual o habitat natural ou ecossistema agrícola habitual:	

5. a) *Técnicas de detecção*

--

5. b) *Técnicas de identificação*

--

6. *O organismo receptor está classificado nos termos das normas comunitárias em vigor relativas à protecção da saúde humana e/ou do ambiente?*

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo, especificar:	

7. *O organismo receptor é significativamente patogénico ou de qualquer outra forma nocivo (nomeadamente no que respeita aos seus produtos extracelulares), vivo ou morto?*

Sim ☐	Não ☐	Não sabe ☐
Em caso afirmativo:		
a) Em relação a que organismos?	Seres humanos	☐
	Animais	☐
	Plantas	☐
	Outros	☐
b) Prestar as informações pertinentes nos termos do ponto II.A.11.d) do anexo III A da Directiva 2001/18/CE:		

8. *Informações relativas à reprodução*

a) Tempo de geração nos ecossistemas naturais	
b) Tempo de geração no ecossistema onde o organismo vai ser libertado	
c) Forma de reprodução:	Sexuada ☐ Assexuada ☐
d) Factores que afectam a reprodução	

9. *Capacidade de sobrevivência*

a) Capacidade para formar estruturas de sobrevivência ou dormência:	
i) Endoesporos	☐
ii) Cistos	☐
iii) Esclerócios	☐
iv) Esporos assexuados (fungos)	☐
v) Esporos sexuados (fungos)	☐
vi) Ovos	☐
vii) Pupas	☐
viii) Larvas	☐
ix) Outras, especificar:	
b) Factores que afectam a capacidade de sobrevivência	

10. a) *Formas de disseminação*

--

10. b) *Factores que afectam a disseminação*

--

11. *Modificações genéticas anteriores do organismo receptor ou parental que já tenham sido notificadas no país onde é apresentada a notificação (indicar números de notificação)*

--

C. Informações relativas à modificação genética

1. *Tipo de modificação genética*

i) Inserção de material genético	☐
ii) Delecção de material genético	☐
iii) Substituição de bases	☐
iv) Fusão celular	☐
v) Outra, especificar:	

2. *Resultado esperado da modificação genética*

--

3. a) *Foi usado um vector no processo de modificação?*

Sim ☐	Não ☐
Em caso negativo, passar directamente para a pergunta 5	

3. b) *Em caso afirmativo, o vector está parcial ou integralmente presente no organismo modificado?*

Sim ☐	Não ☐
Em caso negativo, passar directamente para a pergunta 5	

4. *No caso de a resposta à pergunta 3.b) ser afirmativa, complementar com as informações seguintes*

a) Tipo de vector:	
Plasmídeo	☐
Bacteriófago	☐
Vírus	☐
Cosmídeo	☐
Elemento transponível	☐
Outro, especificar:	

b) Identificar o vector
c) Variedade de hospedeiros do vector
d) Presença no vector de sequências capazes de apresentar fenótipos susceptíveis de selecção ou identificação Sim ☐ Não ☐ Resistência aos antibióticos ☐ Outras, especificar Indicar o gene resistente aos antibióticos inserido
e) Fragmentos constitutivos do vector
f) Método de introdução do vector no organismo receptor: i) Transformação ☐ ii) Electroporação ☐ iii) Macroinjecção ☐ iv) Microinjecção ☐ v) Infecção ☐ vi) Outro, especificar

5. No caso de ter respondido negativamente a pergunta C.3.a) e b), qual o método utilizado no processo de modificação?

i) Transformação ☐
ii) Microinjecção ☐
iii) Microencapsulação ☐
iv) Macroinjecção ☐
v) Outro, especificar

6. Informações relativas à inserção

a) Composição da sequência inserida
b) Origem das partes constituintes da sequência inserida
c) Função prevista de cada parte constituinte da sequência inserida no OGM

d) Localização da sequência inserida no organismo hospedeiro:	
— Num plasmídeo, na sua forma livre	☐
— Integrado num cromossoma	☐
— Outra, especificar:	
e) A sequência inserida contém partes cujo produto ou função sejam desconhecidos?	
Sim	☐
Não	☐
Em caso afirmativo, especificar:	

D. Informações relativas ao(s) organismo(s) de onde provém a inserção (dador)

1. Indicar se se trata de um(a):

Vírus	☐
Vírus com ARN	☐
Vírus com ADN	☐
Bactéria	☐
Fungo	☐
Animal	☐
— Mamífero	☐
— Insecto	☐
— Peixe	☐
— Outro animal	☐ Especificar o filo, a classe
Outro, especificar:	

2. Nome completo

i) Ordem e/ou taxon superior (no caso dos animais):
ii) Família (no caso das plantas):
iii) Género:
iv) Espécie:
v) Subespécie:
vi) Estirpe:
vii) Cultivar/linhagem:

viii) Patovar:
ix) Designação comum:

3. O organismo é significativamente patogénico ou de qualquer outra forma nocivo (nomeadamente no que respeita aos seus produtos extracelulares), vivo ou morto?

Sim ☐	Não ☐	Não sabe ☐
Em caso afirmativo, especificar		
a) Em relação a que organismos?	Seres humanos ☐	
	Animais ☐	
	Plantas ☐	
	Outros ☐	
b) As sequências doadas estão de alguma forma relacionadas com as propriedades patogénicas ou nocivas do organismo?		
Sim ☐	Não ☐	Não sabe ☐
Em caso afirmativo, prestar as informações relevantes nos termos do ponto II.A.11.d) do anexo III A:		

4. O organismo dador está classificado nos termos das normas comunitárias em vigor relativas à protecção da saúde humana e do ambiente, por exemplo, da Directiva 90/679/CEE relativa à protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes biológicos durante o trabalho?

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo, especificar:	

5. O intercâmbio de material genético entre os organismos dador e hospedeiro processa-se naturalmente?

Sim ☐	Não ☐	Não sabe ☐
------------------------------	------------------------------	-----------------------------------

E. Informações relativas ao organismo geneticamente modificado

1. Traços genéticos ou características fenotípicas do organismo receptor ou parental que foram alterados com a modificação genética

a) O OGM difere do receptor no que respeita à capacidade de sobrevivência?
Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐
Especificar:
b) O OGM difere de alguma forma do receptor no que se refere ao modo e/ou taxa de reprodução?
Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐
Especificar:

c) O OGM difere de alguma forma do receptor no que se refere à disseminação?		
Sim ☐	Não ☐	Não sabe ☐
Especificar:		
d) O OGM difere de alguma forma do receptor no que se refere à patogenicidade?		
Sim ☐	Não ☐	Não sabe ☐
Especificar:		

2. *Estabilidade genética do organismo geneticamente modificado*

--

3. *O OGM é significativamente patogénico ou de alguma forma nocivo (nomeadamente no que respeita aos seus produtos extracelulares), vivo ou morto?*

Sim ☐	Não ☐	Não sabe ☐
Em caso afirmativo:		
a) Em relação a que organismos?	Seres humanos ☐	
	Animais ☐	
	Plantas ☐	
	Outros ☐	
b) Prestar as informações relevantes nos termos dos pontos II.A.11.d) e II.C.2.i) do anexo III A:		

4. *Descrição dos métodos de identificação e detecção*

a) Técnicas de detecção do OGM no ambiente
b) Técnicas de identificação do OGM

F. **Informações relativas à libertação**

1. *Objectivo da libertação (incluindo potenciais benefícios esperados no domínio ambiental)*

--

2. *O local de libertação é diferente do habitat natural ou do ecossistema em que o organismo receptor ou parental é habitualmente utilizado, conservado ou encontrado?*

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo, especificar:	

3. *Informações relativas à libertação e à zona circundante*

a) Localização geográfica (região administrativa e, quando aplicável, coordenadas):
b) Dimensão do local (m ²): i) Local exacto da libertação (m ²): ii) Zona de libertação mais alargada (m ²):
c) Proximidade de biótipos internacionalmente reconhecidos ou de zonas protegidas (incluindo reservatórios de água potável) susceptíveis de serem afectados:
d) Flora e fauna, incluindo culturas, animais de criação e espécies migratórias susceptíveis de interagir com o OGM

4. *Método de libertação e quantidade libertada*

a) Quantidade de OGM a libertar
b) Duração da operação
c) Métodos e processos para prevenir e/ou minimizar a disseminação dos OGM fora do local de libertação

5. *Breve descrição das condições ambientais médias (condições meteorológicas, temperatura, etc.)*

--

6. *Dados relevantes relativos a libertações anteriores do mesmo OGM, quando aplicável, designadamente relacionados com os potenciais impactos ambientais e na saúde humana decorrentes dessa libertação*

--

G. **Interações do OGM com o ambiente potencial impacto ambiental, quando significativamente diferente do impacto do organismo receptor ou parental**

1. *Designação dos organismos-alvo (quando aplicável)*

i) Ordem e/ou taxon superior (no caso dos animais):
ii) Família (no caso das plantas):
iii) Género:
iv) Espécie:
v) Subespécie:
vi) Estirpe:
vii) Cultivar/linhagem:
viii) Patovar:
ix) Designação comum:

2. *Mecanismo previsto e resultado da interação entre os OGM libertados e o organismo-alvo (quando aplicável)*

--

3. *Outras interações potencialmente significativas com outros organismos presentes no ambiente*

--

4. *Prevê-se uma selecção pós-libertação do OGM, por exemplo, maior competitividade, maior capacidade invasiva, etc.?*

Sim ☐	Não ☐	Não sabe ☐
Especificar:		

5. *Tipo de ecossistemas em que o OGM poderá ser disseminado a partir do local de libertação e em que poderá implantar-se*

--

6. *Nome completo dos organismos não-alvo susceptíveis de serem afectados, de forma acidental e significativa, pela libertação dos OGM (tendo em conta a natureza do ambiente receptor)*

i) Ordem e/ou taxon superior (no caso dos animais):
ii) Família (no caso das plantas):
iii) Género:
iv) Espécie:
v) Subespécie:
vi) Estirpe:
vii) Cultivar/linhagem:
viii) Patovar:
ix) Designação comum:

7. *Capacidade de transferência de material genético in vivo*

a) Do OGM para outros organismos presentes no ecossistema de libertação
b) De outros organismos para o OGM
c) Eventuais consequências da transmissão de genes

8. *Mencionar os resultados pertinentes (quando disponíveis) dos estudos do comportamento, das características dos OGM e do seu impacto ecológico, realizados em ambiente natural simulado (por exemplo, microcosmos, etc.)*

--

9. *Eventuais interações significativas no plano ambiental com os processos biogeoquímicos (caso se verifiquem diferenças relativamente ao organismo receptor ou parental)*

--

H. Informações relativas à monitorização1. *Métodos de monitorização dos OGM*

--

2. *Métodos de monitorização dos efeitos no ecossistema*

--

3. *Métodos de detecção da transferência de material genético doado para outros organismos*

--

4. *Dimensão do local de monitorização (m²)*

--

5. *Duração da monitorização*

--

6. *Frequência da monitorização*

--

1. **Informações relativas ao período pós-libertação e ao tratamento de resíduos**

1. *Tratamento pós-libertação do local*

--

2. *Tratamento pós-libertação dos OGM*

--

3. a) *Tipo e quantidade de resíduos produzidos*

--

3. b) *Tratamento dos resíduos*

--

J. **Informações relativas aos planos de emergência**

1. *Métodos e procedimentos para monitorização da disseminação dos OGM em caso de propagação accidental*

--

2. *Métodos de eliminação dos OGM das zonas potencialmente afectadas*

--

3. *Métodos de eliminação ou saneamento de plantas, animais, solos, etc., susceptíveis de terem sido expostos durante ou após a propagação*

--

4. *Planos de protecção da saúde humana e do ambiente em caso de efeitos indesejáveis*

--

PARTE 2

MODELO DE RESUMO DE NOTIFICAÇÃO DA LIBERTAÇÃO DE PLANTAS SUPERIORES GENETICAMENTE MODIFICADAS (ANGIOSPÉRMICAS E GIMNOSPÉRMICAS)**A. Informações de carácter geral**1. *Dados relativos à notificação*

a) Número da notificação:
b) Data de recepção da notificação:
c) Título do projecto:
e) Período de libertação proposto:

2. *Notificador*

a) Denominação da instituição ou empresa:

3. *Prevê-se a libertação dessa mesma PSGM noutra local, dentro ou fora da Comunidade (em conformidade com o n.º 1 do artigo 6.º), pelo mesmo notificador?*

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo, indicar o(s) código(s) do(s) país(es):	

4. *A libertação dessa PSGM já foi objecto de notificação noutra local, dentro ou fora da Comunidade, pelo mesmo notificador?*

Sim ☐	Não ☐
Em caso afirmativo, indicar o número da notificação:	

B. Informações relativas à planta geneticamente modificada1. *Identificação da planta receptora ou parental*

a) Família
b) Género
c) Espécie
d) Subespécie (quando aplicável)
e) Cultivar/linhagem (quando aplicável)
f) Designação comum

2. *Descrição dos traços e características introduzidos ou modificados, incluindo os marcadores genéticos e as modificações anteriores*

--

3. *Tipo de modificação genética*

a) Inserção de material genético
b) Delecção de material genético
c) Substituição de bases
d) Fusão celular
e) Outra, especificar

4. *Em caso de inserção de material genético, indicar a fonte e a função pretendida de cada fragmento constitutivo da região que se pretende inserir*

--

5. *Em caso de delecção ou outra modificação de material genético, especificar a função das sequências eliminadas ou modificadas*

--

6. *Breve descrição dos métodos utilizados para a modificação genética*

--

7. *Se a planta receptora ou parental consistir numa espécie de árvore florestal, descrever as formas e a extensão da disseminação e os factores específicos que afectam essa disseminação*

C. Informações relativas à libertação experimental

1. *Objectivo da libertação (incluindo todas as informações relevantes disponíveis nesta fase), por exemplo, fins agronómicos, ensaios de hibridização, alteração da capacidade de sobrevivência ou de disseminação, avaliação dos efeitos nos organismos-alvo e não alvo*

2. *Localização geográfica da libertação*

3. *Dimensão do local (m²)*

4. *Dados relevantes sobre as libertações anteriores da mesma planta GM, se for o caso, especificamente relacionados com os potenciais impactos ambientais e na saúde humana decorrentes da libertação*

D. **Resumo do potencial impacto ambiental decorrente da libertação de PSGM em conformidade com o anexo II, D2 da Directiva 2001/18/CE**

Referir, especificamente, se os traços introduzidos poderão conferir, quer directa quer indirectamente, uma maior vantagem selectiva em ambientes naturais; mencionar ainda os benefícios ambientais esperados significativos

E. **Breve descrição das eventuais medidas tomadas pelo notificador para o controlo dos riscos, designadamente no que se refere ao isolamento para limitar a dispersão, por exemplo, propostas de monitorização e de monitorização pós-colheita**

F. **Resumo dos ensaios previstos no terreno para obtenção de dados novos sobre o impacto da libertação na saúde humana e no ambiente (quando adequado)**

DECISÃO N.º 2/2002 DO CONSELHO DE ASSOCIAÇÃO UE-ROMÉNIA
de 14 de Maio de 2002
que adopta os termos e as condições de participação da Roménia no programa comunitário Fiscalis

(2002/814/CE)

O CONSELHO DE ASSOCIAÇÃO,

Tendo em conta o Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Roménia, por outro ⁽¹⁾,

Tendo em conta o Protocolo Complementar ⁽²⁾ do Acordo Europeu, relativo à participação da Roménia em programas comunitários, e, nomeadamente os seus artigos 1.º e 2.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do artigo 1.º do Protocolo Complementar, a Roménia pode participar em programas-quadro, programas específicos, projectos ou outras acções comunitárias que abrangem uma vasta gama de domínios.
- (2) O artigo 1.º prevê igualmente que sejam acrescentados outros domínios à lista das actividades comunitárias.
- (3) Nos termos do artigo 2.º do protocolo, os termos e as condições de participação da Roménia nessas actividades são decididos pelo Conselho de Associação,

DECIDE:

Artigo 1.º

A Roménia participa no programa comunitário Fiscalis, adiante designado «programa», nos termos e nas condições definidos

nos anexos I e II que fazem parte integrante da presente decisão.

Artigo 2.º

A presente decisão é aplicável pelo período remanescente de vigência do programa. Todavia, se a Comunidade decidir prorrogar este período sem introduzir alterações significativas ao programa, a presente decisão será igual e automaticamente prorrogada pelo período correspondente, salvo denúncia das partes.

Artigo 3.º

A presente decisão entra em vigor no dia da sua aprovação pelo Conselho de Associação.

Feito em Bruxelas, em 14 de Maio de 2002.

Pelo Conselho de Associação

O Presidente

M. GEOANA

⁽¹⁾ JO L 357 de 31.12.1994, p. 2.

⁽²⁾ JO L 317 de 30.12.1995, p. 40.

ANEXO I

TERMOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DA ROMÉLIA NO PROGRAMA FISCALIS

1. Nos termos do artigo 7.º da Decisão n.º 888/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Março de 1998, que estabelece um programa de acção comunitário destinado a melhorar o funcionamento dos sistemas de fiscalidade indirecta do mercado interno (programa Fiscalis) ⁽¹⁾, (a seguir denominado «programa»), a participação da Roménia no programa efectuar-se-á nas condições estabelecidas no Acordo Europeu ou no seu Protocolo Complementar e na medida em que o direito comunitário em matéria de fiscalidade indirecta o permita. Por conseguinte, a participação da Roménia nas actividades do programa obedece às seguintes condições:
 - a participação nas actividades previstas no artigo 4.º (sistemas de comunicação e de intercâmbio de informações, manuais e guias) é autorizada na medida em que as disposições aplicáveis em matéria de fiscalidade indirecta comunitária o permitam,
 - a participação nas actividades previstas no n.º 1 (intercâmbio de funcionários) e no n.º 2 (seminários) do artigo 5.º, assim como no artigo 6.º (iniciativa comum de formação), é autorizada nas condições previstas nesses artigos,
 - A participação nas actividades previstas no n.º 3 do artigo 5.º (controles multilaterais) não é autorizada porque, nos termos da Directiva 77/799/CEE ⁽²⁾ e do Regulamento (CEE) n.º 218/1992 ⁽³⁾, o enquadramento jurídico comunitário para a cooperação neste domínio é aplicável exclusivamente aos Estados-Membros da União Europeia.
2. Os termos e as condições de apresentação, avaliação e selecção das candidaturas para seminários e intercâmbios de funcionários da Roménia são os aplicáveis aos funcionários das administrações nacionais dos 15 Estados-Membros da União Europeia.
3. O anexo II estabelece a contribuição financeira da Roménia para o Orçamento Geral da União Europeia, no início de cada exercício orçamental, a fim de cobrir os custos resultantes da sua participação no programa de 2001 a 2002. O Comité de Associação pode adaptar esta contribuição sempre que necessário, segundo os princípios estabelecidos no n.º 2 do artigo 110.º do Acordo Europeu entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Roménia, por outro.
4. Os representantes da Roménia participam, na qualidade de observadores e em relação aos pontos que lhe digam respeito, nas reuniões do Comité Permanente para a Cooperação Administrativa no domínio da fiscalidade indirecta, previsto no n.º 1 do artigo 11.º da Decisão n.º 888/98/CE. Este comité reunir-se-á sem a presença dos representantes da Roménia para os pontos restantes, assim como para a votação.
5. Os Estados-Membros da União Europeia e a Roménia envidarão todos os esforços, no âmbito das actuais disposições, para facilitarem a livre circulação e a residência de todas as pessoas elegíveis para o programa, que se desloquem entre a Roménia e os Estados-Membros da União Europeia com o objectivo de participarem em actividades abrangidas pela presente decisão.
6. Sem prejuízo das responsabilidades da Comissão das Comunidades Europeias e do Tribunal de Contas das Comunidades Europeias em relação ao acompanhamento e à avaliação do programa, nos termos da Decisão n.º 888/98/CE, a participação da Roménia no programa será objecto de controlo contínuo por esse país e pela Comissão, num regime de parceria. A Roménia apresentará os relatórios necessários à Comissão e participará em outras actividades específicas organizadas pela Comunidade neste contexto.
7. A língua a utilizar nos pedidos, nos contratos, nos relatórios a apresentar e em todos os outros documentos administrativos dos programas será uma das línguas oficiais da Comunidade Europeia.
8. A Comunidade e a Roménia podem pôr um termo às actividades previstas na presente decisão, em qualquer momento, mediante um pré-aviso escrito de 12 meses. As actividades em curso nesse momento prosseguirão até à sua conclusão nas condições previstas na presente decisão.

⁽¹⁾ JO L 126 de 28.4.1998, p. 1.

⁽²⁾ JO L 336 de 27.12.1977, p. 15. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão de 1994.

⁽³⁾ JO L 24 de 1.2.1992, p. 1.

ANEXO II

CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DA ROMÉLIA PARA O PROGRAMA FISCALIS

1. A contribuição financeira da Roménia será acrescentada ao montante disponível anualmente no Orçamento Geral da União Europeia das dotações para autorizações destinadas a cobrir as obrigações financeiras da Comissão decorrentes do trabalho de execução, gestão e funcionamento do programa Fiscalis (adiante designado «programa»).
2. A contribuição financeira foi calculada com base numa média diária de ajudas de custo de 146 euros e de um subsídio de deslocação de 695 euros que representam os custos da participação nos seminários e nos intercâmbios. No cálculo da contribuição financeira, considerou-se uma média de participação da Roménia em 15 seminários e em 25 intercâmbios por ano. A contribuição financeira pode ser adaptada no início de cada ano para ter em conta o número efectivo de actividades em que a Roménia prevê participar durante esse ano. Essa adaptação será efectuada na sequência dos pedidos de mobilização de fundos que a Comissão enviará à Roménia, tal como referido no ponto 6.
3. A contribuição anual da Roménia será de 109 638 euros por cada ano de participação, salvo disposição em contrário nas condições previstas no ponto 2. Desta verba, um montante de 7 173 euros cobrirá os custos administrativos adicionais relacionados com a gestão do programa, incorridos pela Comissão e decorrentes da participação da Roménia.
4. A Roménia pagará os custos administrativos adicionais anuais referidos no ponto 3 a partir do seu orçamento nacional.
5. A Roménia pagará, a partir do seu orçamento nacional, 50 % do saldo dos custos anuais decorrentes da sua participação em 2001 e 60 % em 2002.

De acordo com o procedimento habitual de programação do Phare, os 50 % restantes serão pagos a partir das dotações anuais do Phare para a Roménia — dependendo da disponibilidade dos recursos financeiros em questão — em 2001 e 40 % em 2002. Os fundos do PHARE solicitados serão transferidos para a Roménia através de um protocolo de financiamento distinto. Esses fundos, em conjunto com a contribuição disponibilizada pelo orçamento nacional da Roménia, constituem a contribuição nacional da Roménia que permitirá efectuar os pagamentos necessários na sequência dos pedidos de mobilização anual de fundos apresentados pela Comissão.

6. O Regulamento Financeiro de 21 de Dezembro de 1977, aplicável ao Orçamento-Geral da União Europeia ⁽¹⁾, é aplicável, nomeadamente, à gestão da contribuição da Roménia.

Após a entrada em vigor da presente decisão, a Comissão enviará à Roménia um pedido de mobilização de fundos correspondentes à sua contribuição para os custos decorrentes das actividades para o exercício orçamental em curso. Essa contribuição será expressa em euros e depositada numa conta bancária da Comissão em euros.

A Roménia efectuará o pagamento da sua contribuição em função da mobilização de fundos:

- no que respeita à parte financiada pelo seu orçamento nacional, o mais tardar três meses após o envio do pedido,
- no que respeita à parte financiada pelos fundos Phare, o mais tardar num período de 30 dias a contar da disponibilização no país dos fundos Phare correspondentes.

Qualquer atraso no pagamento da contribuição ocasionará o pagamento, pela Roménia, de juros de mora a contar da data de vencimento. A taxa de juro corresponde à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu, à data de vencimento, às suas operações em euros, aumentada de 1,5 pontos percentuais.

7. As ajudas de custo diárias são aplicáveis a todos os participantes no programa e são determinadas para cada país pela Comissão. A Roménia beneficiará de um primeiro adiantamento orçamental pago pela Comissão no início de cada ano. Poderá ser pago um segundo adiantamento a meio do ano, dependendo da participação efectiva da Roménia nas actividades do programa, assim como da participação esperada para o resto do ano. Os serviços competentes da Roménia aplicarão os referidos adiantamentos no pagamento das despesas de deslocação, assim como das ajudas de custo diárias aos participantes desse país.
8. As despesas de deslocação e as ajudas de custo dos representantes e peritos da Roménia que participem na qualidade de observadores nos trabalhos do comité referido no ponto 4 do anexo I serão reembolsadas pela Comissão nas mesmas condições dos Estados-Membros da União Europeia.

⁽¹⁾ JO L 356 de 31.12.1977, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 762/2001 (JO L 111 de 20.4.2001, p. 1).

DECISÃO N.º 1/2002 DO CONSELHO DE ASSOCIAÇÃO UE-LITUÂNIA
de 18 de Junho de 2002

que aprova as regras e as condições gerais de participação da República da Lituânia em programas comunitários

(2002/815/CE)

O CONSELHO DE ASSOCIAÇÃO,

Tendo em conta o Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Lituânia, por outro ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 110.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do artigo 110.º do Acordo Europeu e do seu anexo XX, a Lituânia pode participar em programas-quadro, programas específicos, projectos ou outras acções da Comunidade, num vasto leque de áreas. Essa disposição prevê ainda que sejam acrescentadas outras áreas de acção comunitária.
- (2) Nos termos do referido artigo 110.º, os termos e as condições de participação da Lituânia nessas actividades são decididos pelo Conselho de Associação.
- (3) As condições específicas de participação em cada programa comunitário, incluindo as implicações financeiras, serão determinadas pela Comissão das Comunidades Europeias e pelas autoridades competentes da Lituânia,

DECIDE:

Artigo 1.º

A Lituânia pode participar em todos os programas comunitários abertos aos países candidatos da Europa Central e Oriental, nos termos das disposições de aprovação desses programas.

Artigo 2.º

A Lituânia contribui financeiramente para o Orçamento-Geral da União Europeia, em função dos programas específicos em que participar.

Artigo 3.º

Os representantes da Lituânia podem participar, na qualidade de observadores e em relação aos aspectos que digam directamente respeito à Lituânia, nos comités de gestão responsáveis pelo acompanhamento dos programas para os quais a Lituânia contribua financeiramente.

Artigo 4.º

Os projectos e iniciativas apresentados pelos participantes da Lituânia estão sujeitos, na medida do possível, a condições, regras e procedimentos dos programas em causa iguais aos aplicáveis aos Estados-Membros.

Artigo 5.º

As regras e condições específicas, nomeadamente a contribuição financeira, relativas à participação da Lituânia em cada programa são determinadas pela Comissão das Comunidades Europeias e pelas autoridades competentes da Lituânia. Se a Lituânia pedir assistência comunitária externa ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 3906/89, de 18 de Dezembro de 1989, relativo à ajuda económica a certos países da Europa Central e Oriental ⁽²⁾, as regras e condições específicas poderão ser determinadas com base num protocolo financeiro.

Artigo 6.º

A presente decisão é aplicável por um período indeterminado.

Pode ser denunciada por qualquer das partes mediante um pré-aviso escrito de seis meses.

Artigo 7.º

O mais tardar três anos a contar da data de entrada em vigor da presente decisão e, a partir dessa altura, de três em três anos, o Conselho de Associação pode rever a aplicação da presente decisão com base na participação efectiva da Lituânia num ou mais programas comunitários.

Artigo 8.º

A presente decisão entra em vigor no primeiro dia do mês a seguir ao da sua aprovação pelo Conselho de Associação.

Feito em Bruxelas, em 18 de Junho de 2002.

Pelo Conselho de Associação

O Presidente

J. PIQUÉ I CAMPS

⁽¹⁾ JO L 51 de 20.2.1998, p. 3.

⁽²⁾ JO L 375 de 23.12.1989, p. 11. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2666/2000 (JO 306 de 7.12.2000, p. 1).

COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO de 14 de Outubro de 2002

que altera a Decisão 1999/187/CE relativa ao apuramento das contas dos Estados-Membros relativas às despesas financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA), secção «Garantia», exercício financeiro de 1995

[notificada com o número C(2002) 3771]

(Apenas faz fé o texto em língua grega)

(2002/816/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 729/70 do Conselho, de 21 de Abril de 1970, relativo ao financiamento da política agrícola comum ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1287/95 ⁽²⁾ e, nomeadamente, o n.º 2 do seu artigo 5.º,

Após consulta do Comité ao Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola,

Considerando o seguinte:

- (1) Pela sua Decisão 2002/524/CE ⁽³⁾ a Comissão impôs uma correcção financeira à República Helénica, por motivo de deficiências no sistema de controlo no sector das culturas arvenses a título dos exercícios financeiros de 1996 a 1999. Como as mesmas deficiências existiam já anteriormente, é adequado impor uma nova correcção financeira semelhante para o exercício financeiro de 1995. Para tanto é necessário alterar a Decisão 1999/187/CE da Comissão, de 3 de Fevereiro de 1999, relativa ao apuramento das contas dos Estados-Membros relativas às despesas financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, secção «Garantia», exercício financeiro de 1995, com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão 2000/448/CE.
- (2) A presente decisão não prejudica as consequências financeiras a tirar em apuramentos de contas ulteriores, no que se refere a auxílios nacionais ou a infracções em relação aos quais estejam actualmente em curso, ou tenham sido encerrados depois de 15 de Maio de 2002, procedimentos iniciados ao abrigo dos artigos 88.º e 226.º do Tratado.

- (3) A presente decisão não prejudica as consequências financeiras que a Comissão tirará, no âmbito de um apuramento de contas ulterior, de inquéritos em curso à data da presente decisão, de irregularidades na aceção do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 729/70, ou de acórdãos do Tribunal de Justiça relativos a processos pendentes em 15 de Maio de 2002, sobre matérias que sejam objecto da presente decisão,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As partes do anexo da Decisão 1999/187/CE relativas à República Helénica são substituídas pelo anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

O montante suplementar de – 1 827 922 367 (dracmas gregas) GRD resultante do ponto 3 do anexo e imputado pela presente decisão deve ser contabilizado nas despesas referidas no n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 296/96 da Comissão, a título do mês de Agosto de 2002.

Artigo 3º

A República Helénica é a destinatária da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 14 de Outubro de 2002.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 94 de 28.4.1970, p. 13.

⁽²⁾ JO L 125 de 8.6.1995, p. 1.

⁽³⁾ JO L 170 de 29.6.2002, p. 77.

ANEXO

GRÉCIA

Despesas a título do FEOGA, secção «Garantia» Exercício: 1995	Dracmas gregas
1. Despesas reconhecidas	
a) Despesas declaradas pelo Estado-Membro a título do presente apuramento	760 186 802 122
b) Despesas declaradas aquando do exercício precedente mas excluídas desse apuramento	14 056 031 234
c) Despesas declaradas, excluídas do presente apuramento	0
d) Despesas declaradas, que já fizeram objecto de uma decisão de apuramento	0
e) Despesas declaradas, objecto do presente apuramento (a + b + c + d)	774 242 833 356
f) Despesas não reconhecidas	- 26 082 443 724
g) Total das despesas reconhecidas (e + f)	748 160 389 632
2. Despesas imputadas	
a) Despesas imputadas a título do presente exercício	758 830 725 324
b) Despesas declaradas aquando do exercício precedente mas excluídas desse apuramento	14 056 031 234
c) Despesas imputadas a título do presente exercício mas excluídas do presente apuramento	0
d) Despesas imputadas a título do presente exercício, que já fizeram objecto de uma decisão de apuramento	0
e) Despesas imputadas a título do exercício ulterior	0
f) Total das despesas imputadas objecto do presente apuramento (a + b + c + d + e)	772 886 756 558
3. Despesas a cargo ou a transferir para o Estado-Membro na sequência do apuramento das contas (2f - 1g)	24 726 366 926